



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

GABRIELA DE SOUZA PASCOAL

ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA:

Um Estudo de Caso do Acervo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso

RIO DE JANEIRO

2018

GABRIELA DE SOUZA PASCOAL

ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA:

Um Estudo de Caso do Acervo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Me. Patrícia Ladeira Penna Macêdo

RIO DE JANEIRO

2018

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

P PASCOAL, Gabriela de Souza
ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO
DO ACERVO DO EX-PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO / Gabriela de Souza PASCOAL. -- Rio de
Janeiro, 2018.
61f

Orientador: Patrícia Ladeira Penna Macêdo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2018.

1. Arquivos Pessoais. 2. Memória Coletiva. 3.
Fundação Fernando Henrique Cardoso. I. Macêdo,
Patrícia Ladeira Penna, orient. II. Título.

GABRIELA DE SOUZA PASCOAL

ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA:

Um Estudo de Caso do Acervo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Patrícia Ladeira Penna Macêdo

Prof. Bruno Ferreira Leite

Prof. Fernanda da Costa Monteiro Araújo

AGRADECIMENTOS

Ter o privilégio de poder concluir um curso de graduação é a minha maior conquista profissional. Venho por meio deste agradecer à todos aqueles que fizeram diferença durante esses quatro anos de grande amadurecimento e aprendizado.

Desejo agradecer primeiro a minha mãe, Rita de Cássia, e ao meu pai, Helio Pascoal, sem eles eu nada seria e nada teria conquistado. Obrigada por todo apoio e amor, essa conquista é nossa.

Agradeço também todos os meus familiares, por me incentivarem nessa profissão que me faz tão feliz.

Aos meus amigos de faculdade e de vida, que estiveram juntos nos momentos difíceis e felizes, foi muito gratificante passar por tudo isso ao lado de vocês.

Agradecer a todo o colegiado de Arquivologia, especialmente a três professoras que eu tive a honra de ser orientanda em diferentes projetos: Anna Carla Mariz, Patrícia Penna Macêdo e Brenda Rocco.

De todo coração e alma: obrigada por tudo!

RESUMO

PASCOAL, Gabriela de Souza. **Arquivos Pessoais e Memória: Um Estudo de Caso do Acervo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso**. 2018. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

O estudo de arquivos pessoais é uma temática em crescente avanço, devido ao interesse da população pelo valor histórico dessa documentação. Porém, ainda não é um tema consagrado na esfera arquivística pertinente aos seus diferentes suportes e interpretações. Essa pesquisa visa abordar os arquivos pessoais, mais especificamente, os presidenciais, buscando compreender melhor a definição desses conceitos, e como uma figura pública e seus documentos podem ser responsáveis pela memória coletiva de um grupo, até mesmo uma nação, a partir de um tratamento arquivístico. O acervo presidencial abordado é o do Fernando Henrique Cardoso, que está custodiado numa instituição privada, com métodos e técnicas específicas para tratamento e disponibilização desses documentos. Faz parte dessa pesquisa também entender como a legislação brasileira, que nos anos 90 recebe crescente incentivo no que tange auxiliar no tratamento e disponibilização desses documentos.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. Memória Coletiva. Fundação Fernando Henrique Cardoso

ABSTRACT

The study of personal archives is a topic in growing progress, due to the population's interest in the historical value of this documentation. However, it is not yet an established subject in the archival sphere pertinent to its different supports and interpretations. This research aims to approach the personal archives, specifically the presidential archives, seeking to better understand the definition of these concepts and how a public figure and its documents can be responsible for the collective memory of a group, even a nation, from a treatment archival. The presidential collection dealt with is Fernando Henrique Cardoso, who is custody in a private institution, with specific methods and techniques for handling and making these documents available. It is also part of this research to understand how Brazilian legislation, which in the 1990s, receives a growing incentive to assist in the treatment and availability of these documents.

Keywords: Personal Archives. Collective Memory. Fernando Henrique Cardoso Foundation.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Portal do Acervo – iFHC	40
Figura 2 – Portal do Acervo – iFHC.....	40
Figura 3- Seleção de Termos - iFHC.....	41
Figura 4- Portal do Acervo – iFHC	42
Figura 5 – Resultado da Pesquisa - iFHC.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

iFHC –Fundação Fernando Henrique Cardoso

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ARQUIVOS PESSOAIS	19
2.1 Arquivos Pessoais no Contexto Arquivístico	20
2.2 Arquivos Pessoais Presidenciais (Legislação Brasileira)	23
3 FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	28
3.1 Surgimento	28
3.2 Estudo de Caso	31
3.3 O Acervo	33
3.4 Espaço de Produção Intelectual	43
4 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA	47
4.1 Documento Arquivístico em Função Da Memória	49
5 CONCLUSÃO	55
6 REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais são significativos para a noção de cultura, sociedade e mundo que possuímos. São as pessoas com suas vivências, relatos e ações que deixam registros dos acontecimentos, fazendo o passado ser lembrado e deixado de herança para próximas gerações. A partir de narrativas individuais podemos ter acesso a documentos ditos não oficiais e conseqüentemente, possuir maiores informações sobre determinados assuntos que nos auxiliam compreender fatos coletivos mais amplos.

Edmund White (*apud* MCKEMMISH, 2013, p.20) utiliza os seguintes termos: “a necessidade de registrar o próprio passado e de dar testemunho do momento cultural”, deu forma ao que entendemos como arquivos pessoais. A identidade cultural e a construção da memória são fatores de extrema relevância para a realização de um bom tratamento documental nesses acervos de pessoas.

Esses conjuntos quando doados a instituições de guarda precisam estar disponíveis para que não se percam e sejam transmitidos ao longo do tempo, de geração em geração. Os arquivos pessoais, portanto, são valiosas fontes de pesquisa, sendo necessária a sua correta preservação, organização e disponibilização ao público.

A riqueza destes acervos dá-se justamente no fato de tais documentos quando tratados e disponibilizados para acesso não revelarem apenas a trajetória pública do titular, mas aspectos que envolvem questões referente a imagem e vida pessoal.

Arquivos pessoais são produtos socioculturais que constituem referências para a memória coletiva e para a pesquisa histórica. Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual. (OLIVEIRA; MACÊDO, SOBRAL, 2007, p.2).

Ou seja, arquivos pessoais são registros de atividades exercidas por seu produtor na esfera pessoal, profissional e social. Representando as diversas funções que um indivíduo exerce na sociedade e a sua contribuição para a construção da memória coletiva, principalmente quando os documentos se referem a pessoas públicas.

A organização desses documentos se torna um desafio para no contexto arquivístico, o próprio processo de doação do arquivo pessoal, que na maioria das vezes, só é feita após o falecimento do produtor, dificulta a sua organização, tornando necessária a utilização de métodos capazes de realizar uma recomposição do contexto da produção documental, resgatando a organicidade inicial dos documentos.

Nesse sentido, o presente trabalho visa problematizar questões em torno da formação de arquivos pessoais. Para isso, visa-se entender a importância da preservação dos documentos referentes aos ex-presidentes da República. Estes que de acordo com a legislação, devem ser tratados e disponibilizados para a acesso da população logo após seus respectivos mandatos. Com o intuito de preservar e colocar acessíveis tais documentos, sem perder o sentido de sua produção e, conseqüentemente, disponibilizar com maior esclarecimento e veracidade esses acervos.

Quando falamos de documentos pessoais de figuras significativas dentro da história de uma nação, sua importância fica ainda mais evidenciada. Sua preservação e acesso se justificam ainda mais. No caso de arquivos pessoais presidências, uma boa explicação prática é a da Danille Ardaillon (2005, p.16):

São relatórios, agendas, roteiros de cerimônias e eventos diversos, registros sonoros, televisivos e fotográficos de audiência, discurso em viagens, notas preparatórias das viagens ao exterior, condecorações, presentes, etc., além de toda correspondência: cartas individuais de cidadãos brasileiros e estrangeiros, “campanhas” das mais diversas reivindicações e cumprimentos de autoridade, dentre outras manifestações.

Conforme explicado na citação acima, arquivos privados presidenciais são os registros que comprovam sua trajetória política, evidenciando seu lado pessoal nas ações realizadas. São de diversos suportes, com diversas funções e de acordo com o período e situação que o documento foi produzido.

Como opção metodológica, optamos por limitar o tema desse projeto ao arquivo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Um político que começou sua carreira como sociólogo, professor e escritor renomeado na área, que durante o golpe civil-militar de 1964 exilou-se no Chile e na França onde lecionou em Universidades. Tornou-se senador em 1983 cumprindo dois mandatos, entre 1992 e 1993, foi ministro das Relações Exteriores e no mesmo ano foi nomeado Ministro da Fazenda, onde permaneceu até 1994. Se tornou presidente da República em 1994, só tomando posse do cargo em janeiro de 1995, seguiu na presidência por dois mandatos até 2002 e seu governo se baseou no Plano Real e com grandes privatizações.

O arquivo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que está custodiado na Fundação FHC (antigo Instituto), destaca-se por sua integridade e por possuir grande valor para a pesquisa documentada, levando ainda em consideração que a trajetória do titular é de extrema significação para a história do nosso país.

Segundo as pesquisadoras Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007, p.11):

Desde o início de seu funcionamento, em 2004, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) – por meio de sua diretoria – optou pelo rigor técnico para manter a integridade do acervo nele depositado. Isto, tanto para as questões relacionadas à instalação e à conservação quanto para a metodologia do tratamento arquivístico adotada.

Nesse sentido, optou-se pela escolha deste acervo, em virtude de ter sido desde o início, tratado e organizado nos moldes propostos pela teoria arquivística. A escolha desse fundo para a pesquisa se deve também, em virtude do produtor deste arquivo, antes mesmo de ser presidente, já possuir conhecimento sobre a necessidade da preservação e organização de seu acervo pessoal e se preocupava com a disseminação desse conteúdo. Quando se tornou presidente, já contava com uma assessoria designada para essa função de preservação e organização, equipe esta que atua até nos dias atuais, e isso é o que faz seu acervo ser tão completo e estruturado.

Vale destacar, que o recolhimento e o tratamento do fundo em questão, foram feitos antes do falecimento do produtor, algo não muito comum no que se refere ao tratamento de arquivos pessoais, e este fato nos permite uma visão mais completa de todo o percurso de construção de um acervo, desde sua produção até sua destinação final. Todos esses fatores são razões para olhar esse conjunto documental com outros olhos e buscar retirar todas as informações possíveis desse acervo.

O primeiro seguimento do fundo corresponde ao período pré-presidencial, abarcando a infância, os estudos, a vida acadêmica, a formação da família, a pesquisa e a produção científica de Fernando Henrique Cardoso até a campanha presidencial de 1994. (CAMARGO, GOULART, 2007, p.28)

No caso do acervo de Fernando Henrique Cardoso, o conjunto documental vai além do período presidencial, o que é raro quando se trata de arquivos pessoais presidenciais, incluindo documentos da sua intimidade, como criança, jovem e adulto, o que nos permite uma interpretação muito mais profunda do indivíduo além da figura pública.

Como medida preliminar, e a partir da grande quantidade e diversidade de suportes e formatos que integram o acervo, foram determinados dois padrões distintos na organização dos documentos: o que associa a configuração lógica à material, aplicada na biblioteca, e a que dissocia uma da outra, aplicada no arquivo. (CAMARGO, GOULART, 2007, p.58)

Ou seja, o acervo do FHC é constituído de uma configuração lógica, determinando a maneira como as informações contidas nesses documentos devem ser preservadas e colocadas acessíveis, sem perder sua organicidade. E também de uma configuração material, para definição de como esses documentos devem ser guardados, de modo a preservar seus suportes.

Ao compreender como os procedimentos de tratamento e pesquisa sobre esse fundo aconteceram e acontecem, busca-se contribuir para o campo científico da Arquivologia e conceituar como os arquivos pessoais refletem a imagem do indivíduo e da figura pública. Essa pesquisa buscará sanar algumas dúvidas no que se refere a arquivos pessoais presidenciais, buscando facilitar o tratamento de documentos pessoais com função social.

No livro “Tempo e Circunstância – a abordagem contextual dos arquivos pessoais” as autoras Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, apresentam todo o trabalho realizado no acervo do Fernando Henrique Cardoso desde 2004, com as metodologias utilizadas nesse tratamento documental e os debates que surgiram de acordo com os estudos. Para elaboração desse projeto, esse livro será uma das principais fontes de informação dentro desse contexto.

O tamanho e a complexidade do arquivo de Fernando Henrique Cardoso exigiram a tomada de uma série de decisões que, ao lado do seu evidente sentido prático, buscará apoio na teoria arquivística. A inexistência de modelos descritivos coerente na literatura disponível, a opções por dar tratamento individualizado (numa tentativa de aproveitar o trabalho realizado pelo sistema de informações da presidência da república na parcela mais volumosa do conjunto) e a disposição de incorporar livros e objetos ao mundo dos arquivos levaram a formulação de uma abordagem inteiramente nova. (CAMARGO, GOULART, 2007, p.35)

Conforme a citação acima ilustra, existe uma grande dificuldade de elaboração de uma metodologia para o tratamento dos arquivos pessoais dentro da teoria arquivística. Sendo esse um dos grandes desafios do campo arquivístico. Mostrando assim que os responsáveis pelo fundo documental que iremos abordar nesse trabalho inovaram e trouxeram conhecimento para essa área, por isso a escolha desse fundo para estudo.

As atividades apresentadas nesse projeto tem o objetivo de tentar sanar alguns questionamentos que não possuem definições estabelecidas, acrescentar conteúdo bibliográfico para tentar compreender um assunto que é muito importante para nossa sociedade e que ainda possui muitos âmbitos em aberto e sem explicações. Principalmente, no que tange a problemática dos acervos presidenciais, memória e intencionalidade, conceitos ainda pouco explorados na literatura da área. Produzir, ilustrar e ressaltar uma literatura muitas vezes deixada de lado e mostrar a função dos arquivos pessoais para construção da memória coletiva de uma sociedade. Nesse sentido, visamos contribuir para a construção do campo teórico sobre arquivos presidenciais.

A importância desses documentos para a nação se faz comprovada na própria legislação brasileira, que possui inclusive instrumentos normativos no que se refere aos documentos pessoais presidenciais e o acesso a eles. Importante fonte de análise para essa

pesquisa e que nos servirá de embasamento para o entendimento da constituição brasileira no que se refere à auxiliar a construção da memória coletiva.

O entendimento de que esses documentos são de interesse público e social para a população e para a história do país, impulsionou a promoção da Lei nº. 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe “sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República”. Nesse sentido, fica determinado “a organização desses acervos em sistema específico, integrado ao Sistema Nacional de Arquivos e coordenado por uma comissão permanente de Memória dos Presidentes da República”. Ou seja, a partir do momento que um cidadão se torna presidente, toda a documentação por ele acumulada até então passa a ser parte do patrimônio cultural brasileiro e portanto, deve ser preservada e aberta a pesquisa.

A Lei nº. 8.394, entretanto não permite maior clareza conceitual sobre a composição do “acervo documental privado de presidentes” a que se refere. O conceito do que sejam documentos pessoais e privados de um presidente da República Federativa do Brasil permanece legalmente mal enquadrado. (ARDAILLON, 2005, p.16)

Podemos observar nessa citação mais uma problemática abordada nesse trabalho: clareza conceitual sobre o tema. Apesar de não ser consistente o suficiente para evitar as incertezas já expostas, a legislação nos auxilia enquanto aparato legal, e nos permite ter maior entendimento sobre o público e o privado dentro dos parâmetros legais. Mas é preciso maiores esclarecimentos sobre arquivos pessoais presidenciais.

Apesar desta lei ser reconhecida por seu valor fundamental para a construção da memória sobre os presidentes da república e conseqüentemente da sociedade, ela deixa a margem funções imprescindíveis para a realização de um bom tratamento documental. Por isso, se faz tão necessário estudar esse instrumento da lei para contribuir com melhorias para o campo científico e para compreender de que forma a legislação brasileira, nos auxilia no que tange a construção de memória quando relacionada a arquivos pessoais de figuras políticas.

A Fundação Fernando Henrique Cardoso tem como objetivo organizar, preservar e disponibilizar o conjunto documental da vida pessoal, social e profissional do FHC antes de ser inserido no meio político e durante todo o período dentro da política: como senador, ministro e presidente da república. Vale ressaltar que os documentos relacionados a sua ex esposa, Ruth Cardoso, também estão custodiados na fundação, assim como a biblioteca do casal, que é uma enorme fonte de informação sobre suas personalidades e interesses de estudos.

Destaca-se também que a fundação ainda tem por finalidade a construção de um centro de memória responsável pela realização de debates e disseminação do conhecimento sobre o país e seus desafios.

Desde que deixei a Presidência da República, tenho me dedicado à construção do Instituto Fernando Henrique Cardoso, cujos objetivos são: [...] E promover, através de seminários e publicações, o debate e a reflexão sobre os desafios políticos, econômicos e sociais do Brasil, e sua inserção no mundo. (CARDOSO, 2005, p.25)

Portanto, nosso objetivo ao analisar este acervo presidencial será entender a própria constituição deste fundo, ou seja, de que forma a imagem construída nesses papéis se revela como algo representante não só da figura do produtor enquanto presidente mas como indivíduo.

É comum, acumulações documentais pessoais somente representarem a figura pública, o valor dos papéis pessoais, comumente recaem para os relacionados as atividades profissionais dos indivíduos, nesse sentido, percebe-se como os acervos presentes em nossas instituições são muitas vezes recortes intencionais que priorizam este aspecto. Por isso, buscamos compreender, em que sentido o arquivo de Fernando Henrique Cardoso segue esta premissa, uma vez, que a própria lei, referenda essa visão, ao confirmar que o que interessa em seu âmbito são os documentos referentes ao período em que esteve à frente da nação.

Somos arquivistas, não somos homens do passado. Nós temos a responsabilidade da memória comum dos homens e uma responsabilidade na construção do futuro. Estamos a serviço da vida, somos responsáveis por uma memória ativa que é, antes de tudo, um instrumento de trabalho para as sociedades humanas. A memória é o fundamento dos direitos dos cidadãos. (Favier, 1994, p.81, *apud* JARDIM, 1995)

Os arquivos, de maneira geral, por meio de profissionais qualificados, são agentes da informação. E auxiliam no discernimento e disseminação desse conteúdo para futuros usuários. Esses registros servem, quando retratados no contexto de arquivos pessoais, para construção da memória coletiva e individual.

Por fim, ainda dentro de nossas questões de pesquisa, visa-se entender os arquivos pessoais dentro do contexto de registros para construção da memória individual e coletiva. É um assunto que este estudo visa abordar em grande escala. Levando em consideração que o tipo documental analisado, documentos presidenciais, serve como função social, pois auxiliam na pesquisa histórica e para a noção do coletivo, e por isso devem ser preservados e disponibilizados, em razão desses documentos, refletindo a época em que foram produzidos e o contexto de sua produção.

No domínio dos arquivos o conceito de memória é comumente empregado em seu sentido de fenômeno social, atrelado à formação e ao reconhecimento de identidade

dos indivíduos e de determinados grupos. O que está em jogo, portanto, parece ser a função essencial da memória de manter a coesão interna dos grupos sociais (independente de sua amplitude), definindo as fronteiras daquilo que seus integrantes têm em comum, do que decorre o sentimento de pertencimento (CAMPOS, 2014, p.83.)

Portanto, o interesse na aquisição de acervos pessoais por instituições se explica em virtude desses serem fontes reconhecidas de memória, que auxiliam na ideia coletiva e possuem valor de pesquisa. “Fabricamos e guardamos os registros que compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro” (National Gallery of Australia, 2006, *apud* MCKEMMISH, 2013, p.24). Essa citação se completa com a exposta logo a baixo, concluindo que o fato de registrar ações do cotidiano pessoal nas diversas atividades de um indivíduo, servem para comprovar, para lembrar e para deixar de legado para as futuras gerações.

A produção e manutenção de registros pessoais é um tipo de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorizar nossas vidas individuais e coletivas – “nossa existência nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso lugar no mundo”. (MCKEMMISH, 1996, *apud* MCKEMMISH, 2013, p.23)

Os procedimentos metodológicos utilizados a fim de realizar o presente estudo, iniciam-se com a realização de um levantamento bibliográfico e documental. Para isso, buscou-se realizar pesquisas em diversas fontes de informações, como: livros, site IFHC, artigos e teses, sobre o tema escolhido de forma a construir um referencial teórico para a elaboração do texto, de forma que contemple todos os assuntos descritos para melhor conhecimento dos arquivos pessoais presidenciais dentro do contexto arquivístico.

Para delimitar e dar sentido à forma intelectual deste estudo, a metodologia de pesquisa escolhida é a qualitativa. Essa forma de pesquisa é indicada para investigar a realidade do assunto retratado e para adquirir base de conhecimentos. Perfeitamente recomendada para essa pesquisa, porque o propósito dessa análise é compreender as individualidades do acervo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com o intuito de obter esses resultados, essa pesquisa teve como instrumento de coleta de dados a técnica de entrevista. Método muito utilizado em trabalhos científicos, porque permite maior coleta de dados sobre o assunto de estudo além do levantamento bibliográfico e das interpretações pessoais do pesquisador. A entrevista é um meio de investigação que não pode ser encontrado em registros e fontes documentais, isso é extremamente valioso para aqueles que possuem interesse pelo assunto.

A entrevista para ter realmente um efeito qualitativo e acrescentar conteúdo para o trabalho foi feita a Silvana Goulart, curadora do acervo do Fernando Henrique Cardo, esteve

presente na elaboração do método de gestão documental da Fundação e que possui conhecimento sobre o recolhimento e tratamento desse fundo, o cotidiano da Fundação e as ações tomadas para preservação e acesso das informações contidas nos documentos.

Além disso, foi feito um estudo de caso desse acervo, sendo a identificação da problemática relacionada aos arquivos pessoais presidências, a análise de como esses conflitos dificultam o tratamento documental, o desenvolvimento de argumentos lógicos e conceituados dentro do campo arquivístico e avaliação e sugestão de soluções para essas problemáticas, visando agregar conhecimento para essa temática. Para alcançar tais propósitos é fundamental conhecer o acervo por completo, tanto fisicamente; realizando uma visita ao arquivo, quanto intelectualmente; realizando a pesquisa bibliográfica e documental já citada, principalmente no site IFHC, da Lei nº. 8.394, de 30 de dezembro de 1991 e das informações obtidas na entrevista.

Esse trabalho se justifica, principalmente, por tratar de um tema com pouco material científico elaborado no contexto da Arquivologia, por permitir o estudo de como o acervo do FHC é importante para a concepção do campo teórico sobre arquivos presidenciais, pela legislação estar obsoleta, pela complexidade em formular uma política documental padrão dentro dos arquivos pessoais presidenciais, e até a aceitação e enquadramento dos arquivos pessoais dentro do campo arquivístico, observando que esses arquivos possuem grandes individualidades e especificidades.

Dessa forma, para organizar o conhecimento adquirido na leitura de todo material bibliográfico e documental é necessário estruturar o formato do trabalho de conclusão de curso. Para melhor esclarecimento do conteúdo, a composição do mesmo será feita através de três capítulos, além da introdução, conclusão e referências.

Esses três capítulos serão estruturados da seguinte forma: inicialmente busca-se entender o que são os arquivos pessoais, de forma a poder entender os arquivos pessoais presidenciais, buscando compreender melhor como a legislação brasileira auxilia nesse contexto; no segundo capítulo; tendo como referência a Fundação FHC, visamos revelar as circunstâncias reais de um arquivo presidencial; por fim, o último capítulo destaca-se por buscar entender a relação entre memória individual e coletiva e como os documentos de um indivíduo político influenciador pode agir em prol de um projeto de construção associado a ideia de memória de um coletivo.

É de tamanha relevância para interpretar os assuntos debatidos nesse texto, uma fundamentação teórica rica em conhecimento científico. Desenvolvendo um pensamento original a partir de pensamentos e pesquisas de outros estudiosos conceituados na área,

gerando credibilidade para o trabalho e evidenciando uma grande investigação no tema proposto.

Longe de querer esgotar as dúvidas existentes nesse contexto, o esforço será para reconhecer os diversos autores que já exercem estudos sobre arquivos pessoais presidenciais, de forma a acrescentar discussões nesse campo científico. Será necessário contextualizar diferentes assuntos, como definição de arquivos pessoais e memória individual e coletiva, para conseguir compreender de fato a necessidade das instituições de guarda documental para a sociedade. Tendo como norte a Fundação Fernando Henrique Cardoso, para explicar a importância de um bom tratamento documental, no contexto arquivístico, dentro de instituições de custódias para formação de uma memória coletiva a partir de informações retiradas desses documentos.

2 ARQUIVOS PESSOAIS

Podemos considerar por definição de arquivos como:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo; 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; 3 Instalações onde funcionam arquivos; 4 Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27).

Com isso, quando nos referimos a arquivos pessoais estamos querendo dizer aqueles documentos produzidos por uma pessoa ou família no contexto de sua vida pessoal e social, documentos que são reflexos de suas ações no decorrer da sua vida. Esses documentos não são produzidos intencionalmente, são documentos que são criados a partir de atividades realizadas pelo indivíduo. Podemos considerar como alguns desses documentos: ingressos, fotos, cartas etc. Esses exemplos básicos que expusemos aqui refletem gosto pessoal e forma de se relacionar com o outro, função essa do arquivo pessoal, refletir a identidade do titular a partir de documentos produzidos a partir de se cotidiano e de suas atividades.

Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como vêm e experimentam suas vidas. Um indivíduo cria seu arquivo para atender suas necessidades ou predileções ou personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa disse que devia cria-lo. É claro que existem exceções, como formulários de imposto de renda e assim por diante, mas esses documentos refletem a *persona* pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou personalidade. (HOBBS, 2001, p.128 apud OLIVEIRA, 2010, p. 37)

É necessário observar que uma pessoa ao longo da sua vida desempenha diversas funções, e seus documentos pessoais conseguem refletir de forma verdadeira todos esses atributos, seja de relação com os demais, sua carreira profissional, seus gostos e vontades. “Nos arquivos pessoais, é possível identificar as diferentes personas do titular a partir dos diferentes papéis que o mesmo desempenha em sociedade” (OLIVEIRA; MACÊDO, SOBRAL, 2017, p.3).

É significativo ressaltar que esses documentos não necessariamente são produzidos com objetivos e intenções explícitos: “arquivos pessoais são formados por causa das necessidades, desejos e preferências de seus titulares no tocante à produção e à preservação de documentos” (HOBBS, 2016, p. 303), diferente de alguns outros tipos documentais, como os ditos documentos oficiais. E sua importância se dá pelo valor social que esses documentos possuem, por conseguirem refletir as ações de um indivíduo a partir do tempo e cultura de sua existência.

2.1 Arquivos Pessoais no Contexto Arquivístico

Após a II Guerra Mundial, em virtude da enorme destruição dos arquivos estatais, passou-se a pensar os arquivos pessoais como potenciais fontes de informações. O campo dos pesquisadores e da sociedade no geral começou a reconhecer os arquivos pessoais como função social e o interesse por essa documentação foi aumentando.

O boom dos arquivos privados se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações – pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades que tem limites mas oferece alternativas -, não apenas a história cultural está no centro dessa transformação, mas igualmente uma “nova” história política e uma “nova” história social, cujas fronteiras são fluidas e móveis. (GOMES, 1998, p.124)

A partir do momento que o indivíduo passa a ter importância e voz de fala na sociedade, seus arquivos pessoais, conseqüentemente, começam a ser enxergados de outra maneira. Podendo revelar suas ações e feitos no decorrer da vida, servem como instrumentos de pesquisa. Mas no início dessa construção científica em cima dos arquivos pessoais, eles eram vistos de outra maneira. “Tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como “coleções”, “manuscritos” ou mesmo “papéis pessoais.” (OLIVEIRA, 2010, p. 33), isso se deve pela especificidade do documento e pelos diferentes suportes que o originam. Essa tradição não reconhece os arquivos pessoais como arquivos, porém, só essas características não conseguem determinar se um documento é arquivístico ou não.

A despeito de expressivo número de estudos dedicados à temática dos arquivos pessoais, o reconhecimento de seu estatuto arquivístico ainda hoje é colocado em xeque por alguns pesquisadores da área. Dentre as principais alegações contrárias à compreensão dos arquivos pessoais enquanto arquivos, distinguem-se aqueles assentados na premissa de que, por seu caráter informal e discricionário, os documentos produzidos e acumulados por um indivíduo são desprovidos de valor probatório. (MATTOS; SCHIMIDT, 2017, p.1419)

O fato dos arquivos pessoais serem produzidos a partir das atividades exercidas por um indivíduo, fora de um contexto formal administrativo, faz com que muitos estudiosos da área não os considerem documentos arquivísticos. Mas nesse contexto, é necessário refletir sobre o que faz com que um documento tenha característica arquivística e como a teoria científica da área é capaz de tratar esses documentos respeitando os motivos que consolidam sua preservação.

Os documentos de arquivo não diferem de outro documento pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova.

Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representa-los mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade – o efeito probatório – não se perca. (CAMARGO, 2009, p.28 apud MATTOS; SCHIMIDT, 2017, p.1422)

Ana Maria Camargo define de forma exemplar aos questionamentos apontados no parágrafo anterior. Os documentos para serem considerados de arquivo não necessariamente precisam estar num mesmo suporte, ou dentro de um contexto formal. O que o torna arquivístico é o testemunho do passado que ele representa, são as informações que ele consegue refletir a partir de seu estudo. Se um conjunto documental conseguir representar os motivos de sua produção, as atividades que o geriram e construir um contexto lógico entre seus documentos, ele pode e deve ser considerado um documento de arquivo.

Esses documentos são produzidos num caráter informal, isso é inegável, mas não é isso que define suas características. Um mesmo documento pode ter diferentes funções e usos, então para contextualizar sua criação e justificar sua preservação é necessário compreender tudo que o cerca. Um documento não pode ser avaliado individualmente, ele tem ligação com os demais documentos daquele fundo. Para conseguir definir se um documento é arquivístico é necessário perceber a “aplicação do primeiro princípio básico da Arquivologia, o princípio da Proveniência, e na identificação de duas características intrínsecas aos arquivos: a organicidade e a naturalidade” (OLIVEIRA, 2010, p. 37). Reconhecendo isso nesses documentos, é possível atribuir o valor de documento de arquivo e os reconhecer como fontes de provas.

Entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produto de investimentos pessoais ou coletivos, mais do que como produtos “naturais” da trajetória dos indivíduos, pode nos ajudar a desvendar a desvendar significados e avançar na tarefa de refletir sobre procedimentos que possam auxiliar no seu tratamento. Investimentos pessoais, imagem pública e visões de mundo se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos que seus titulares ou seus herdeiros lhes conferem, e fornecem chaves para compreender o arquivo que vão além das tradicionais associações entre trajetória e documentos. (HEYMANN, 2013, p.75)

Os arquivos pessoais são fontes de pesquisa histórica e social extremamente enriquecedora para toda a sociedade. É possível extrair diversas informações que só se encontra através desses documentos. Normalmente, os documentos preservados são de pessoas que se destacaram em suas atividades públicas, na maioria das vezes profissional, e que conseguem com maior clareza refletir sua identidade e influência na população. Mas para que esses documentos de pessoas sejam disponibilizados adequadamente e consigam exercer

sua função no contexto de fonte de pesquisa, é necessário todo um tratamento por traz, trabalho esse feito por um profissional devidamente qualificado para isso, o arquivista.

No caso dos homens públicos, a ideia de que os arquivos constituem manifestações materiais de um legado político e ideológico cuja preservação justifica e legitima empreendimentos coletivos centrados na criação de instituições de guarda me parece outra vertente sugestiva de uma agenda de pesquisa que toma os arquivos como objeto. (HEYMANN, 2008, p. 9)

Quando esses documentos são pertencentes de figuras públicas, seu tratamento e preservação se justificam. Principalmente porque esses arquivos despertam o interesse da população e as instituições de custódia são feitas para atender seus usuários. E como forma de especificar essa documentação, usualmente as “qualificam, assim, os arquivos como “literários”, “científicos”, “políticos” etc.” (CAMPOS, 2013, p.152), para identificar seus titulares de acordo com a profissão, e aproximar o usuário de acordo com seu interesse por esses documentos que retratam a vida pessoal de um indivíduo.

Nas duas últimas décadas, no contexto sócio-económico, cultural e tecnológico da Sociedade da Informação, a arquivística entrou definitivamente numa nova fase – a era pós custodial – em que os arquivos emergem como sistemas de informação social, cuja complexidade não se confina apenas à organização material dos documentos e ao seu tratamento técnico (elaboração de guias, inventários, catálogos e índices) para servir o investigador (leia-se historiador), mas implica no conhecimento da organicidade da informação (componente estrutural) e da sua funcionalidade (circulação, uso e organização) como elementos básicos do sistema que gera a memória organizacional. (RIBEIRO, 2002, p.20)

De acordo com os avanços e produção documental, o papel dos arquivos e dos arquivistas também se alteram. Na medida que surgem novos suportes e novas funções para esses documentos, é necessário compreender muito mais do que a forma física do documento, é preciso tratar também seu contexto e sua aplicação para com a sociedade.

O arquivista, preparador de instrumentos de pesquisa para servir o historiador, começa a dar lugar ao profissional/cientista da informação que, numa relação de interdisciplinaridade, colabora com esses mesmo historiador partilhando algo em comum – a Informação. Contudo, enquanto que o historiador se serve dos arquivos como fontes de informação para desenvolver o seu trabalho de investigação sobre o passado, o arquivista relaciona-se com a informação de um modo completamente diverso, uma vez que ela constitui o seu objeto de estudo e é em torno dela que produz conhecimento científico. (RIBEIRO, 2002, p.21)

Essas mudanças se dão porque o papel do arquivista e dessas instituições estão cada vez mais valorizados. A necessidade desses documentos para representar o passado, refletir uma época e construir uma memória social fica cada vez mais evidente. Com isso, surgem ações, tanto no campo acadêmico, social e político, para o tratamento adequado dos arquivos, independentemente do tipo documental.

Duas das mais importantes instituições de guarda de arquivos privados no Brasil também se constituíram nos anos 1970: o CPDOC, na FGV, e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, o primeiro destinado a guardar papéis privados de homens públicos, da política brasileira do pós-1930, e o segundo a documentação de expressivas lideranças do movimento sindical. (GOMES, 1998, p.124)

As instituições de custódias de arquivos privados, que estão surgindo com maior frequência, é outro ponto de reconhecimento da área e da importância dessa documentação para a sociedade. É um campo que está em evolução e que precisa de incentivos políticos e sociais para continuarem exercendo sua função perante a sociedade. O trabalho do arquivista e das instituições de custódias são necessários para o desenvolvimento científico na esfera dos arquivos pessoais.

2.2 Arquivos Pessoais Presidenciais (Legislação Brasileira)

É inevitável associar arquivos pessoais com figuras públicas, principalmente se tiverem tido cargos políticos. Essa associação se dá pelo fato de pessoas públicas despertarem o interesse da população no geral e por estarem expostos, podendo atrair identificação de grupos a partir de sua trajetória.

Como já abordamos, usualmente, se define os arquivos pessoais de acordo com a carreira do titular. No caso de arquivos pessoais dos presidentes da República não é diferente. Denominamos esses conjuntos documentais como arquivos pessoais presidenciais. Por possuírem interesse público e social, devido sua influência na sociedade, esses documentos devem ser preservados e colocados à disposição da população, conforme determina a lei.

Por serem documentos que refletem não só a trajetória política e pública do titular, mas também sua vida pessoal, como relacionamentos e intimidade, sua preservação e disponibilização podem conflitar com o direito a privacidade. Com isso, tentaremos abordar nessa parte do texto os aparatos legais no Brasil, para que a sociedade garanta o direito a informação, como lhe é devido.

É possível reconhecer, em meios aos documentos resultantes das atividades desenvolvidas em cargos e ofícios públicos, conjuntos a que se deve atribuir um caráter pessoal e, portanto, privado. Seria necessário regulamentar não apenas as formas de sua custódia ou incorporação ao patrimônio arquivístico público, mas também os prazos de confidencialidade a que ficariam sujeitos, seja por razões do Estado, seja para proteger direitos relacionados à intimidade e à imagem do titular. (ARDAILLON, 2004, p.12)

Possuir aparatos legais para definir o que são esses documentos, formas de preservá-los e trata-los e determinar a obrigatoriedade de acesso a esses documentos é necessário para

garantir o direito ao acesso da população. Porque sem uma definição funcional a partir de leis do que e como deve ser disponibilizada essa documentação pessoal, e o tempo máximo de sigilo, caso aja, quem determina essas informações são as instituições de custódias que detém esses documentos.

O direito à informação no Brasil, contudo, aparece pela primeira vez na legislação na Constituição de 1988, nos arts. 5º e 216. O art. 5º do Capítulo I, do título II – Dos direitos e garantias fundamentais –, cria a figura jurídica do *habeas data*, que consiste no direito do cidadão de ter acesso à informação sobre sua pessoa, existentes nos órgãos da administração pública. (COSTA, 2008, p.21)

Apesar do direito à informação no Brasil estar garantido na Constituição Federal de 1988, ainda aparece de maneira muito superficial e bem restritiva, sem permitir o acesso pleno de documentos com função social. É somente, a partir da Lei de Arquivos, de 1991, a qual iremos abordar mais adiante, que a população consegue de fato ter a possibilidade de acesso à informação proveniente dos documentos públicos e privados. Até então, cada instituição que detinha esses documentos, definiam de acordo com suas normas ou regulamentos a forma que desejavam colocar essa documentação disponível para a sociedade, o que dificultava a pesquisa científica.

Apesar da criação do Arquivo Nacional, ser datada de 1838, e este ter como função a proteção dos documentos produzidos e recebidos pelo poder público, permanecendo com as mesmas características até os dias de hoje, esta pode ser considerada a primeira conquista brasileira no contexto de preservação dos documentos arquivísticos.

Até então, seu papel é pontual na tarefa de garantir que documentos arquivísticos de valor histórico e social tivessem tratamento adequado para disponibilização para a população. Sendo necessária a existência de instrumentos legais que garantisse de forma mais eficaz o acesso a esses arquivos, sem prejudicar nenhum outro princípio.

Os principais instrumentos jurídicos que ainda estão em vigor e que auxiliam no tratamento documental de acervos pessoais presidenciais são: Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, lei geral dos arquivos públicos e privados, pelo Decreto nº 1.173 de 1994 que complementa a lei anterior e a Lei nº 8.394, de dezembro de 1991, que dispõe sobre preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República. A seguir, iremos abordar mais especificamente cada um desses instrumentos e os demais aparatos legais que resultaram a partir destes, a fim de compreendê-los melhor.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, similar com a qual tramitou no Congresso Nacional em 1984, assinada pelo então Presidente da República Fernando Collor, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. O Art. 1º define como dever do

Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como fonte de prova e informações em detrimento de funções administrativas, culturais e científicas. Perante a Lei, no Art. 2º a definição de arquivos é os conjuntos documentais produzidos e recebidos por órgão público, instituições de caráter público e entidades privadas, qualquer que seja o suporte e natureza dos documentos. Definem ainda no Art. 3º gestão de documentos como os procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

O capítulo III é dedicado aos arquivos privados, que são definidos como conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades, sendo considerados de interesse público e social. Não podendo ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. Possuindo a opção de serem depositados a título revogável ou doados a instituições arquivísticas públicas. A administração da documentação pública ou de caráter público é regulamentada no Art. 17, competindo às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

O capítulo V, dedicado ao acesso e sigilo dos documentos públicos, foi revogado pela Lei nº 12.527, de 2011, que será abordada mais a frente. Por fim, o Art. 26 cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, atualmente no âmbito da Casa Civil, presidido pelo Diretor-Geral do mesmo, e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas. Tendo por função definir a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

O Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, assinado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, altera a Lei nº 8.159, e basicamente define e compete mais especificamente atribuições ao CONARQ e ao SINAR, estipula que documentos poderiam ser declarados de interesse social de acordo com a sua importância no contexto histórico e cultural e aumenta os prazos de guarda referentes documentos de segredo do Estado, contrariando toda a crescente no que tange o acesso à informação.

A Lei nº 8.394, responsável por regulamentar a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, só se dá em 30 de dezembro de 1991. Esses documentos são de propriedade do titular, mas integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público, não podendo ser alienados para o exterior sem manifestação expressa pela União, e em caso de venda, a mesma tem prioridade.

Esses acervos ficam organizados sob a forma de um sistema, denominado Sistema dos acervos documentais privados dos presidentes da República, compreendendo medidas e providências feitas por entidades públicas ou privadas, mediante consentimento do titular ou seus sucessores, e será coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República¹, que atuará em caráter permanente junto ao Gabinete Pessoal do Presidente da República. Esse sistema terá participação do Arquivo Nacional, Museu da República, Biblioteca Nacional, IPHAN, Secretaria de Documentação Histórica de Presidente da República, e demais entidades, mediante acordo.

O acesso ao acervo presidencial se dá somente mediante autorização do titular, que recolhe todos esses documentos ao final do seu mandato, caso contrário quem define a destinação final desses documentos é a Comissão Memória dos Presidentes da República.

A exposição de motivos que acompanhou a Lei ° 8.394, assinada pelo jurista Saulo Ramos em 20 de fevereiro de 1990, já salientava: “É forçoso reconhecer algumas dificuldades na concretização do texto do anteprojeto, destacando-se a tênue fronteira entre o ‘oficial’ e o ‘particular’, o ‘público’ e o ‘privado’, quando se trata do cidadão investido na Presidência da República” [...] O Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002, que regulamentou a Lei nº 8.394, apresentou um primeiro avanço na distinção entre documentos privados e públicos, desenhando uma tipologia das circunstâncias em que os presentes oferecidos ao presidente podem ser, ou não, de propriedade da nação. (ARDAILLON, 2004, p.16)

Essa Lei e o Decreto que a regulamenta foram de extrema importância para a ampliação do espaço político dedicado a preservação e tratamento documental de acervos privados, porém ainda não seria suficiente para acabar com tamanhas problemáticas que compõem o acesso a esses documentos.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assinada pela então Presidente da República Dilma Rousseff, tem por finalidade regulamentar o acesso à informação. Define no Art. 25 como dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. E no Art. 31 a disponibilidade documental de acordo com o respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. Caso tenha restrição de acesso, os prazos contam partir da data de sua produção e são: Ultrassegredo – 25 anos, segredo – 15 anos; reservado – 5 anos, ambos regulamentados pelo Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

¹ Foi essa Comissão que fez o primeiro diagnóstico parcial dessa documentação, e foi confiado ao CPDOC e integrado ao Centro de Referência de Acervos Privados Presidenciais, no Arquivo Nacional, onde esses documentos ficaram centralizados, até 1990, quando os trabalhos foram interrompidos. Retornando as atividades em 2001, com orçamento próprio para apoiar projetos voltados para tratamento dos documentos privados presidenciais.

A resolução nº 17, de 25 de julho de 2003, do CONARQ, também é um instrumento de bastante importância no contexto dos arquivos pessoais presidenciais, pois aborda os procedimentos e definições referentes à declaração de interesse público e social de arquivos privados, que contenham informações relevantes para a sociedade.

Os arquivos públicos brasileiros são responsáveis por conservar, descrever e dar acesso aos documentos gerados pela administração das esferas federal, estadual e municipal. No entanto, não é incomum que tais tarefas se estendam também a acervos privados, pertencentes a instituições e pessoas, cujos registros documentais tenham interesse público. No país há vários exemplos dessa prática de exceção, que ocorre, sobretudo, pelo senso de responsabilidades das instituições arquivísticas frente ao risco de dispersão e perda de acervos referenciais. (GOULART, 2017, p.1)

Como forma de respeitar a legislação, Arquivos públicos brasileiros são obrigados a receber doações de acervos pessoais presidenciais, caso o titular queira. Principais locais de tratamento e guarda na esfera pública são: Arquivo Nacional, IPHAN e Biblioteca Nacional. Existem também instituições de custódias privadas que são responsáveis pelo tratamento e acesso à informação de acervos pessoais presidências de forma independente, são esses: Instituto Lula, Fundação Memorial José Sarney, Fundação Presidente Jânio Quadros. Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Fernando Henrique Cardoso, base principal de estudos para esse trabalho.

Após analisar todos esses instrumentos legais referentes ao assunto, é possível observar que apesar da crescente melhoria a partir dos anos 90, que foi fundamental para valorizar o cenário atual dos arquivos pessoais, o tema se estagnou e não possui maiores avanços a mais de uma década. Com isso, fica claro que existe uma urgência para revisão e atualização dos aparatos legais que asseguram ao cidadão pleno direito à informação. A legislação não define de forma útil quais documentos de fato podem ser considerados públicos e com função social e histórica, e nem determina a obrigatoriedade de seus custodiadores em disponibilizá-los a toda a população.

3 FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Como foi possível observar no capítulo anterior, existe uma grande dificuldade em criar um local de guarda documental no Brasil, já exemplificado os motivos, tendo como hábito cultural no Brasil, doar seus documentos pessoais para arquivos públicos. Com isso, poder estudar uma Instituição de custódia privada, de guarda e tratamento documental de arquivos pessoais presidenciais é extremamente agregadora para a formação acadêmica de qualquer Arquivista. Uma vez que essas instituições são responsáveis por organizar e disponibilizar documentos que fazem parte do patrimônio histórico nacional e por ser raro a existência de locais eficientes de guarda documental.

Cuja integridade, somada à relevância da trajetória do titular – atributos que nem sempre são coincidentes quando se trata de arquivos pessoais -, o transforma em um conjunto documental de enorme valor para a pesquisa histórica. [...] a competência do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Instituto visando a dar cumprimento ao primeiro dos dois objetivos que orientam a sua criação, qual seja, preservar, catalogar e disponibilizar o Acervo Presidente FHC. (HEYMANN, 2007, p.1)

Essa publicação da Luciana Heymann só afirma o fato da Fundação Fernando Henrique Cardoso ser referência no assunto. Um local que anos antes de sua criação, já tinham pessoas interessadas e estudando a melhor forma de criar um espaço diferente e intelectualmente ativo. Tendo profissionais altamente qualificados para exercer as funções necessárias para criar uma metodologia própria, tratar esses documentos de maneira correta e colocá-los acessíveis a população.

A definição e gestão de políticas, de comum acordo com o titular do acervo ou com o seu representante. Políticas de conservação e restauro, de orçamento e capacitação de recursos, de descarte, de permissão de acesso à pesquisa, de proteção da intimidade ou, ainda, de inserção de outros fundos documentais são repetidamente questionadas. (CAMARGO, GOULART, 2007, p.14)

Todas essas medidas foram feitas para guardar de maneira correta e funcional o acervo do FHC, permitindo segurança e fidedignidade dos documentos, colocando-os disponíveis ao público. Isso mostra que possuir um centro de memória vai muito além de um ambiente que guarda papéis. Principalmente em arquivos pessoais, que o acervo é composto por documentos de diferentes suportes e contextos.

3.1 Surgimento

O fundo documental do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso está custodiado desde maio de 2004 na Fundação que recebe o seu nome, localizada na rua Formosa, 367, no centro, da cidade de São Paulo. Destaca-se por ser uma instituição sem fins

lucrativos e sem vinculação com partidos políticos. A iFHC é dirigida pelo titular do acervo principal, por um Conselho Consultivo e por uma Diretoria, com regras de funcionamento previstas em Estatuto (ARDAILLON, 2004, p. 10).

No início, era um Instituto, uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sete sócios fundadores: Aloysio Meirelles de Miranda Filho, advogado tributarista que foi responsável pelo controle de toda a questão financeira da iFHC; Boris Fausto, historiador e amigo pessoal do FHC; Danielle Ardaillon, curadora do acervo, desde a época da presidência; Eduardo Graeff, trabalhou a vida toda ao lado do FHC, inicialmente chefe do escritório de São Paulo; José de Oliveira Costa, responsável por instituir a iFHC do ponto de vista legal; Jovelino Carvalho Mineiro Filho, amigo pessoal do FHC, empresário, responsável por arrumar o local físico da iFHC e ajudou a levantar recursos; Juarez Rubens Brandão Lopes, intelectual e amigo pessoal do FHC.²

Em 2010, o Instituto tornou-se Fundação, “com o objetivo de fortalecer o Instituto – atual Fundação - transformando numa Instituição perene comprometida com sua missão de origem.”³ Missão essa que é a de “contribuir para ampliar a compreensão e disseminar conhecimento sobre o País e seus desafios, com os olhos abertos para o mundo.”⁴ Logo, fazer em um local um centro de memória, através de exposições, organização de seminários e palestras e disponibilização de documentos com função social e histórica, para pesquisa e acesso no geral.

O objetivo do produtor do acervo principal da fundação, o Fernando Henrique Cardoso, sempre foi disseminar conhecimento e poder contribuir para a valorização da pesquisa científica entre a sociedade. Por conhecimento da legislação, quando assumiu a presidência já se preocupava com o acesso da sociedade aos seus documentos, mas por ser um acadêmico por formação e interesse pessoal, não queria somente disponibilizar seu arquivo colocando-os no Arquivo Nacional ou em alguma outra Instituição detentora de arquivos pessoais, como normalmente acontecia dentre a maioria dos outros presidentes. Queria fazer algo que tivesse o perfil dele e que de certa forma pudesse mudar a imagem de guarda dos arquivos pessoais presidenciais. Foi nesse contexto que se iniciaram os trabalhos, que posteriormente⁵ dariam na formação da Fundação.

² CARDOSO (*depoimento 2007*). CPDOC/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), 2010.

³ Disponível em: <<http://fundacaoofhc.org.br/sobre-a-fundacao/apresentacao-por-fhc>>. Acesso em: 30 nov. 2018

⁴ Disponível em: <<http://fundacaoofhc.org.br/sobre-a-fundacao/apresentacao-por-fhc>>. Acesso em: 30 nov. 2018

⁵ Disponível em: <<http://fundacaoofhc.org.br/sobre-a-fundacao/apresentacao-por-fhc>>. Acesso em: 30 nov. 2018

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência e logo em seguida formou uma equipe de profissionais especializados para tratamento de toda documentação produzida por ele. Danielle Ardaillon⁶ ficou encarregada, juntamente com o titular do acervo, de realizar pesquisas referentes a meios de transformar a ideia do ex-presidente em realidade. Com as pesquisas realizadas, foi possível identificar que a prática de Portugal, através do ex-presidente Mário Soares, era mais próxima do objetivo do FHC e viável de implementação aqui no Brasil. A fundação do Mário Soares, é basicamente, um Centro de Memória, não com documentos somente referente ao ex-presidente, mas aberto a doações de acervos, com tratamento e acesso a esses documentos, além do centro de debates:

A Fundação, portanto, não cuida simplesmente de papéis, mas também dos objetos presenteados ao presidente, cujo valor é discutível dos pontos de vista histórico, cultural ou até mesmo econômico. (CARDOSO, 2004, p.27)

Esse era o grande diferencial que a fundação iria ter, debates referentes à política, economia e história. Sem esquecer-se do principal, disponibilizar o acervo de forma útil para a sociedade. Com toda a ideia já planejada, tendo como inspiração a fundação do Mário Soares, faltava saber como colocar em prática. Já que é algo caro, e infelizmente, a lei obrigada a disponibilização do acervo, mas não fornece investimento financeiro para criação de um centro de memória, por exemplo. O financiamento ocorreu de maneira privada, mas como ex-presidente o Fernando Henrique Cardoso tinha o direito de uma pequena equipe de assessores para realizarem a organização dos arquivos e as demais funções que a Fundação fosse precisar.⁷ Atualmente, a Fundação funciona através do apoio da Lei Rouanet, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Após quatorze anos da sua inauguração, a Fundação já pode se considerar referência dentro do contexto dos arquivos pessoais presidenciais, uma vez que essa é uma área ainda pouco trabalhada academicamente, mas que está em crescente mudança. O fato de possuir exposições e seminários dentro de um espaço que muitas pessoas imaginam ser fechado e de difícil acesso, como é a imagem dos arquivos para pessoas leigas, aproxima o conhecimento e o interesse das pessoas.

⁶ Doutora em Sociologia pela USP (1997), mestre em Ciência Política pela USP (1989) e bacharel em Ciências Sociais pela USP (1966). Curadora do acervo do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), desde o início e assessora do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi diretora do Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (1999-2002) e responsável pela organização e conservação do arquivo pessoal de FHC em São Paulo e Brasília durante seu primeiro mandato presidencial (1995-1999).

⁷ CARDOSO, 2004

3.2 Estudo de Caso

Como uma das opções metodológicas para desenvolvimento desse trabalho já citado, foi realizada uma entrevista com Silvana Goulart, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Trabalhou por sete anos no Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. Foi professora universitária por dez anos e tem participado de cursos de especialização em Arquivologia, com foco em arquivos privados. Desde 1988, é sócia da Grifo Projetos Históricos e Editora S/C LTDA, empresa que desenvolve projetos de memória (organização de arquivos, montagem de centros de documentação) e editoriais (realização de livros, museus, exposições e outros produtos). Essa mesma empresa é responsável pelos trabalhos arquivísticos da Fundação FHC desde sua inauguração, sob coordenação da Silvana e consultoria de Ana Maria de Almeida Camargo, graduada em História pela Universidade de São Paulo em 1966, com doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1977). Atualmente é Professora Doutora na Universidade de São Paulo.

A entrevista foi realizada no dia 27 de abril de 2018, na própria iFHC. Foi realizada também uma visita por todo o Instituto no mesmo dia, principalmente no acervo, para poder compreender melhor o funcionamento de todo processo para desenvolvimento do Instituto. Desde a parte administrativa até o setor de arquivo. A responsável por guiar a visita foi a Camila Sobral, arquivista da iFHC, formada pela UNIRIO.

Todo o contato para agendamento da visita e entrevista e dúvidas sobre o tema e o Instituto foi feito através do e-mail da Renata Basseto, arquivista Sênior da Fundação, antes e depois do comparecimento ao local. A equipe responsável pelo acervo, que conta com oito arquivistas, dois estagiários de graduação em História, um consultor, uma coordenadora e uma bibliotecária, sempre se mostrou muito solícita em ajudar em diversos questionamentos dessa pesquisa.

As perguntas elaboradas para realização desse trabalho foram enviadas no dia anterior a visita por e-mail para conhecimento da entrevistada e de toda equipe. Com isso, a entrevista caminhou para uma conversa informal, mas não menos importante e consistente intelectualmente. Durante a conversa, foi possível observar vários aspectos que ainda não estavam completamente sanados sobre o assunto e entender melhor todo processo de organização desse acervo, desde a criação até os dias atuais. A seguir, serão apontadas algumas conclusões feitas a partir da entrevista com a Silvana sobre o Instituto e o acervo do FHC.

Segundo Silvana, tudo começou antes da Fundação, com o interesse e personalidade do ex-presidente e o trabalho e dedicação da Danielle Ardaillon. Quando perguntada quais foram os maiores desafios para organização desse acervo, Silvana não hesitou em responder ter sido construir uma metodologia arquivística que conseguisse organizar e descrever de maneira funcional todo o acervo, a dificuldade é por se tratar de um acervo com diferentes tipos de documentos, e fazer um *backup* das informações contidas naquele acervo por segurança, para que não se perdesse.

Conforme nos informou, foi necessário ainda construir critérios para seleção e descarte dos documentos referente ao período presidencial. Por ser um período de extrema importância para a sociedade e a Lei exigir que toda informação esteja disponível para acesso, tiveram maior preocupação com esses documentos e preferiram manter tudo, descartando somente fotos com qualidade muito ruim ou repetida, mas sem omitir nenhuma parte do acontecimento. Ela comenta também, que toda a metodologia e os instrumentos de busca são revisados para que sempre estejam atualizados e de acordo com as necessidades dos usuários.

Silvana já estuda esse assunto há bastante tempo e afirma que esse campo acadêmico está crescendo muito e está surgindo bastante coisa boa. Ela também afirma que foi toda sua vivência no assunto que permitiu que ela conseguisse, junto com outros profissionais, pensar e montar uma metodologia para guarda e acesso de documentos diferente do usual, com a conexão entre Biblioteconomia e Arquivologia.

Referente a lei, Silvana mantém seu posicionamento, igual a outros estudiosos da área, de que a lei que rege os arquivos pessoais presidenciais é muito superficial. Apesar de ser uma importante ferramenta para o impulsionamento desses arquivos, a lei não dá o respaldo financeiro necessário para a disponibilização eficaz desses documentos para a população. É uma atividade cara, que requer espaço de guarda adequado, materiais específicos e profissionais qualificados a frente dessa organização. Com isso, muitas vezes esse conteúdo extremamente rico intelectualmente não tem o tratamento adequado para o real motivo de sua preservação, o acesso.

Sabendo da importância de aproximar o usuário do Instituto e como parte da missão da iFHC é trazer a população para dentro desse mundo dos arquivos pessoais presidenciais, Silvana garante que eles possuem estratégias para cumprimento de tais objetivos. Como por exemplo, monitoramento das consultas físicas e digitais, para saber quais documentos tem interessado mais o usuário, estar sempre com novas exposições, atraindo novos olhares e com conteúdo de divulgação externo, como site e redes sociais sempre atualizados.

Além da entrevista que foi essencial para realização desse trabalho, a visita foi tão importante quanto. Conhecer o local, os profissionais que trabalham ali e o acervo em si, foi extremamente produtivo para a pesquisa em arquivos pessoais de presidentes. Continuamente, estarão observações feitas sobre a fundação através da visita, com foco no seu espaço físico e seu acervo.

A fundação está sediada no prédio da antiga sede do Automóvel Clube de São Paulo, com isso, parte da decoração está mantida, o que apresenta um ar *vintage* e intelectual para ao ambiente. A iFHC é formada por quatro andares desse prédio, dois subsolos, onde está o acervo, o sexto andar que ficam os profissionais responsáveis por todo esse acervo, a biblioteca, e a exposição temporária, e o quinto andar que é onde estão os setores de administração, financeiro e recursos humanos, e a exposição fixa.

Foi possível observar o acervo do ex-presidente da República pessoalmente e compreender melhor a forma lógica de guarda, além de ter contato com um acervo extremamente rico, de diversas fases da trajetória do titular, e com documentos de diversos formatos, desmistificando a ideia de que documento é só papel.

3.3 O Acervo

Essa parte do texto é dedicada a estudar o livro “Tempo e Circunstância – A abordagem contextual dos arquivos”, fonte extremamente necessária para entender a composição do acervo ali depositado e a metodologia adotada para tratamento e acesso documental, e o site da Fundação FHC, compreendendo como funciona a consulta digital desse acervo. Além dessas duas fontes de pesquisas, teremos também publicações de outros estudiosos respeitados na área, pesquisadores que também tiveram a iFHC como fonte de estudos.

O acervo do FHC tem um diferencial, ele está sob a guarda de uma mesma pessoa há muitos anos, o que permite um maior entendimento de seu contexto, sem perder o sentido da produção daquele documento. Com isso é possível traçar um perfil, além de profissional, social de como o FHC se tornou quem ele é hoje, explicando muito das suas ações como presidente.

O fato de o acervo do ex-presidente FHC estar, há quase trinta anos – com pequenas discontinuidades – sob a guarda de Danielle Ardaillon, que em 1978, ao entrar para o Cebrap como secretária acadêmica, começou, entre outras atividades, a se ocupar dos papéis do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. (HEYMANN, 2007, p.4)

Ter alguém responsável durante tantos anos por essa guarda e conseguir tratar esses documentos ainda com seu titular vivo, permite maior clareza sobre todo o conjunto documental, que é extenso e funcional para pesquisa histórica e social.

O fundo documental do FHC é formado por três períodos, o pré-presidencial, onde abrange sua infância, formação da família, estudo e vida profissional até o período antes dele se tornar presidente da República, “são em sua maioria documentos textuais, que ocupam cerca de 175 caixa-arquivo” (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.29), são documentos que não foram somente acumulados pelo titular, mas também por membros da família Cardoso, que assim como o presidente tiveram funções públicas importantes, parte da sua biblioteca foi formada nesse período.

O conjunto é referente ao período presidencial, também em sua maioria textual e formam cerca de mil caixas arquivo. O terceiro conjunto de documentos, e não menos importante que os demais, é referente ao período pós presidência, sua carreira profissional a partir de 2003, essa parte do conjunto documental segue sendo alimentada constantemente, de acordo com a produção do titular.

Juntos, os três bancos de dados que compõem o fundo Fernando Henrique Cardoso somam mais de 550.000 peças, entre documentos textuais publicados e não-publicados, audiovisuais, sonoros, fotográficos, iconográficos e tridimensionais. (ARDAILLON, 2004, p.10)

Mesmo sendo, em sua grande maioria documentos textuais, a quantidade de documentos de diferentes suportes é enorme. São mais de 2.000 objetos, muitas das vezes oferecidos como presentes e homenagens, por cidadãos ou por autoridades nacionais e estrangeiras.

Os documentos acumulados durante a presidência não foram intencionalmente produzidos, eles reproduzem ações e momentos que ocorreram nessa época. O trabalho do profissional de arquivo fica ainda mais desafiador por esse fato, de tentar colocar acessível essas informações sem interferir na realidade que os produziram.

No caso do arquivo do presidente, a decisão de acumular esse ou aquele tipo de documentos não partiu do titular, do mesmo modo como a qualidade e quantidade de materiais demandaram escolhas e eventual descarte para não comprometer a preservação e conservação do todo. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.14-15)

É extremamente importante durante todo o processo de tratamento documental não ocultar nenhuma fase da vida do titular, tentando preservar ao máximo, dentro do possível, tudo que seja relevante e que demonstre de fato suas ações e trajetória.

Pensando no fundo documental referente ao período presidencial, que é o mais volumoso, entra a questão do que seria um documento pessoal presidencial. É importante não misturar o íntimo do pessoal, mas conseguir refletir a pessoa a qual aqueles documentos correspondem. No caso de alguém que esteve a frente de um país durante oito anos é necessário delimitar quais são esses documentos e sua função para a sociedade. Essa definição da Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007, p.17) é essencial para entender o que são esses documentos e como a Fundação conseguiu compreender isso, dentro do contexto da lei:

Não são, com certeza, os documentos administrativos oficiais, como os textos de leis, os decretos, as exposições de motivos e relatórios, cujo destino é o Arquivo Nacional, como todos os demais documentos da administração Federal. São aqueles que provém essencialmente do Gabinete Pessoal, o qual, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, reunia a Chefia de Gabinete, a Secretaria Particular, a Assessoria Especial e Diplomática, a Ajudância de Ordens e Cerimonial e a SubSecretaria de Imprensa e Divulgação e o próprio Departamento de Documentação Histórica.

É possível observar que a forma que o presidente da República define seu Gabinete Pessoal irá determinar a produção e acumulação desses documentos, refletindo as atividades ali desenvolvidas. O acervo composto por documentos denominados pessoais presidenciais é de suma importância para a definição do período político e social em que o país vivia. Poder tratar e dá acesso a essa informação é bastante enriquecedor para o profissional de arquivo. Por serem documentos que refletem todo um contexto individual de alguém público, conseqüentemente refletindo o contexto coletivo da sociedade.

Levando em consideração a quantidade de documentos referentes a esse período, as curadoras desse acervo tiveram que tomar algumas medidas para que a metodologia aplicada seja funcional e dê conta de todos os documentos, observando os diferentes suportes em que constam as informações produzidas ao longo do tempo.

Um presidente da República recebe muito do todo que se publica no país em diferentes formatos e suportes (...). No iFHC, o critério adotado para curadoria foi o de adequar o acervo bibliográfico à personagem Fernando Henrique Cardoso – ou seja, conservar tudo aquilo que tenha alguma familiaridade com as áreas de interesse do titular e da antropóloga Ruth Cardoso. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.1)

A intenção de guardar somente aquilo que reflete de fato as ações do titular do acervo é essencial para compreender melhor quem é essa pessoa. Pois são seus gostos e preferências que definem as características de um ser. Pensando nisso, foi necessário buscar referências para conseguir tratar e guardar essa documentação, visando que o espaço físico para isso é finito.

Dado o volume desse tipo de correspondência, o iFHC seguiu a mesma orientação tomada pelos Archives Nationales na França e pelas Presidential Libraries americanas. Os registros informatizados dessas cartas foram conservados, bem como uma amostra de até 10% de cada categoria, enviadas por diferentes camadas da população. Todo volume restante foi depositado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. (CAMARGO; GOURLART, p.15-16, 2007)

No caso das correspondências, que é um tipo documental de grande quantidade dentro de um acervo presidencial, foi necessário selecionar somente uma parcela desses documentos. Sem perder a organicidade e sem ocultar alguma informação importante para futuras consultas. Toda metodologia utilizada para organizar esses documentos é pensando no seu uso e seus usuários. Uma documentação produzida por um ser público em suas funções pessoais e profissionais remete a demonstrar aqueles que tenham interesse em compreender melhor quem era esse profissional e cidadão que faz parte importante da história de um país.

É preciso organizar essa documentação com vistas à sua utilidade para o país, sempre questionando o que se deve fazer para tornar possível a sua preservação e permitir seu acesso aos interessados. (CARDOSO, 2004, p.26)

Trabalhar com arquivos pessoais não é uma tarefa fácil, uma vez que existem documentos de diferentes suportes, produzidos em diversos períodos e funções. É necessário compreender as circunstâncias sociais em que aquele documento foi gerado.

Investigar o contexto de produção dos documentos que, embora não correspondam aos tipos tradicionais usualmente encontrados em arquivos públicos e privados, foram devidamente identificados a partir de um cuidadoso trabalho de levantamento de dados que envolveu desde uma aprofundada pesquisa bibliográfica sobre temas que versavam sobre a economia e história recente do Brasil. (MATTOS;SCHIMIDT, p.1418)

Por não existir uma norma padrão de tratamento nesses documentos, usualmente os profissionais que são responsáveis por esse trabalho acabam tratando-os como coleções, utilizando métodos originários da Biblioteconomia. É uma maneira mais fácil de organização, levando em consideração que grande parte desses documentos são objetos e livros, e na teoria arquivística os estudos são mais aprofundados em relação aos documentos textuais. Porém, dessa forma não é possível respeitar um dos principais conceitos da Arquivologia, a organicidade, não conseguindo respeitar o sentido lógico da produção documental.

Tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Qualquer outro tratamento que passasse ao largo desse esforço de contextualização, que é na verdade a operação-chave da metodologia arquivística, poria em risco a organicidade da documentação. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p. 35-36)

Com isso, para tratamento do acervo do FHC, foi necessária a criação de uma abordagem inteiramente nova. Respeitando o contexto em que aqueles documentos foram produzidos e o reflexo de suas atividades e funções, mostrando a ligação lógica de que um documento tem com o outro, tornando-se um conjunto integralmente legítimo. Inserindo os documentos de diferentes suportes a essa nova metodologia. É um jeito de pensar extremamente inovador, juntando duas ciências, a biblioteconomia e arquivologia, em prol do acesso à informação de maneira prática e rápida, otimizando tempo e espaço, mas sempre visando o entendimento lógico daquele documento e o contexto de sua criação.

O tratamento do acervo estabeleceu determinados parâmetros, condições e ferramentas que pudessem garantir a organicidade do conjunto, compatibilizando esse requisito com a necessidade não apenas de tornar operacionais as atividades de arranjo e descrição, mas de viabilizar o acesso aos documentos. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.53)

Para conseguir cumprir com um dos objetivos principais da Fundação que é: disponibilizar o acervo, existe todo um tratamento arquivístico por trás para conseguir alcançar tal fato. Propor um arranjo e uma descrição documental é fundamental para que o usuário tenha esse acesso de maneira eficaz. Pensar no conjunto como um todo, sem perder o grau de autonomia que esse documento possui, descrevendo-o de acordo com as necessidades do pesquisador. Principalmente nos documentos não textuais, que precisam de uma identificação maior do que o normal, por se tratar de objetos que não tem na sua forma física a função que ele exerce.

Por mais que demandem armazenamento e cuidados especiais nas múltiplas dimensões e suportes sob os quais se apresentam, e por mais que tenham lugar de destaque nas atividades expositivas do Instituto Fernando Henrique Cardoso, os artefatos compõem, ao lado de outros gêneros documentais, o conjunto articulado e indissociável a que chamamos de arquivo. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p. 57)

Esse conjunto é trabalhado de maneira única, mantendo o vínculo orgânico que entre os documentos, mesmo tendo diferentes suportes em seus documentos, mas tendo um duplo tratamento. Pensando justamente nessa união das ciências em benefício de um melhor tratamento documental, tendo assim um arquivo que reflete de fato as atividades e funções do seu titular.

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteadada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhe deram origem, de modo a garantir que, individualmente ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificam sua acumulação e guarda. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.60)

Buscando alcançar esse tratamento diferenciado, as responsáveis pelo acervo, Danielle Ardaillon, Silvana Goulart e Ana Maria Camargo, tiveram a ideia de ter dois tipos de configuração nesse arquivo: a configuração lógica e a configuração material. Isso seria, descrever e classificar de maneira correta cada documento, de acordo com sua função, atribuindo códigos referentes a assuntos que refletissem essas atividades. E a outra, é armazenar de uma maneira diferente da usualmente utilizada no contexto arquivístico, guardando de acordo com o tamanho e especificidades do suporte físico, visando otimização do espaço e melhor acondicionamento de cada documento, respeitando sua integridade física.

Na identificação dos documentos, são atribuídas notações do número 01 até o 22, de acordo com seu formato físico. Por exemplo: Um livro ou caderno de grande formato (com capa dura ou em brochura), com altura superior a 28 cm é atribuído o código 02, já um envelope para negativo é atribuído o código 07. Essas notações existem para “representar um endereço físico e uma marca identitária própria”⁸ com o objetivo de localizar os documentos de maneira prática, acondicionando de maneira correta aqueles que tiverem o mesmo formato físico. O código completo de cada documento se dá pelos dois primeiros números referentes à unidade de arquivamento e outros sete números de acordo com o número sequencial dentro da unidade de arquivamento.

Já na configuração lógica, a descrição feita nessa documentação avalia o documento como único, de acordo com sua função, mas garantindo que esse documento esteja inserido de maneira correta nesse contexto, representando seu titular. Como estamos falando de um acervo pessoal, com diferentes tipos documentais, texto, som, imagem e até objetos tridimensionais, é mais trabalhoso achar seu contexto. Pensando nisso, foi elaborada uma divisão entre gênero e linguagem básica predominante, para melhor descrição na área de arquivo: “documento textual – palavra escrita / texto; documentação sonora (ou fonográfica) – palavra falada / música / som; documentação iconográfica – imagem; documentação audiovisual – som + imagem; documentação tridimensional – nenhuma (objetos, artefatos)”.

Para dar conta de todo o tratamento de descrição, pensando sempre no acesso aos documentos e representando suas atividades e funções ali apresentadas, respeitando cada gênero documental, são divididas em quatro grandes seções descritivas. São elas: identificação – o que é cada documento; contexto – de maneira geral ou específica, demonstrando o motivo de sua produção, campo essencial para respeitar a organicidade documental; notação – localização física do documento; informações complementares – dados

⁸ CAMARGO; GOULART, 2007

que possam agregar na pesquisa, como condições de acesso, estado de conservação, entre outras.

As fontes utilizadas nesse trabalho, ainda não totalmente exploradas, englobam: manuais de redação e normas de cerimonial de diferentes serviços públicos, quase todos disponíveis na Internet; dicionários comuns e especializados; compêndios de direito administrativo, já que grande parte da documentação decorrente do exercício de cargos governamentais é objeto desse tipo de literatura. Os verbetes produzidos, no entanto, na sua grande maioria, foram adaptados às nossas necessidades. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.69)

A descrição arquivística é uma tarefa muito difícil, levando em consideração as multifacetadas de um arquivo pessoal. Com isso, é necessário muita pesquisa e entendimento da área para fazer isso de maneira correta. A elaboração de um glossário próprio é essencial para alcançar esse objetivo, pois assim é possível ter uma referência que esteja de acordo com as necessidades daquele acervo. Ter diferentes gêneros documentais num mesmo arquivo foi o maior diferencial para elaboração desse glossário próprio, apesar de todas as fontes já existentes utilizadas. Mas foi necessário algo maior, visando melhorar a literatura referente as espécies e tipos não textuais.

Após todo esse tratamento arquivístico, entra a questão do acesso documental, que é feito através de um banco de dados informatizado. Atualmente, é utilizado a plataforma *IBM Content Manager*, com o servidor *Dell dual Xeon* de 2.8 GHz, com 4 *Gbytes* de memória RAM e 143 *Gbytes* de disco útil. Existe cópia de segurança desses documentos, para não correr o risco da perda de informações, através do equipamento *Sun Storagetek* modelo L80, além de uma *tape library*, com sistema todo automatizado:

Identificados para fins de armazenamento e acesso, os documentos do acervo (arquivo e biblioteca) integram banco de dados informatizado, com capacidade de gerenciar grande volume de informações e de material digitalizado, além de permitir o desenvolvimento de um portal para consulta via Internet. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.72)

Vale ressaltar que conforme afirmou Silvana Goulard, nem sempre foi assim, até chegar nesse modelo usado hoje em dia foram testados outros dois sistemas para que conseguisse ter eficiência na identificação e recuperação desses documentos, pensando exatamente nas necessidades do acervo e seus usuários.

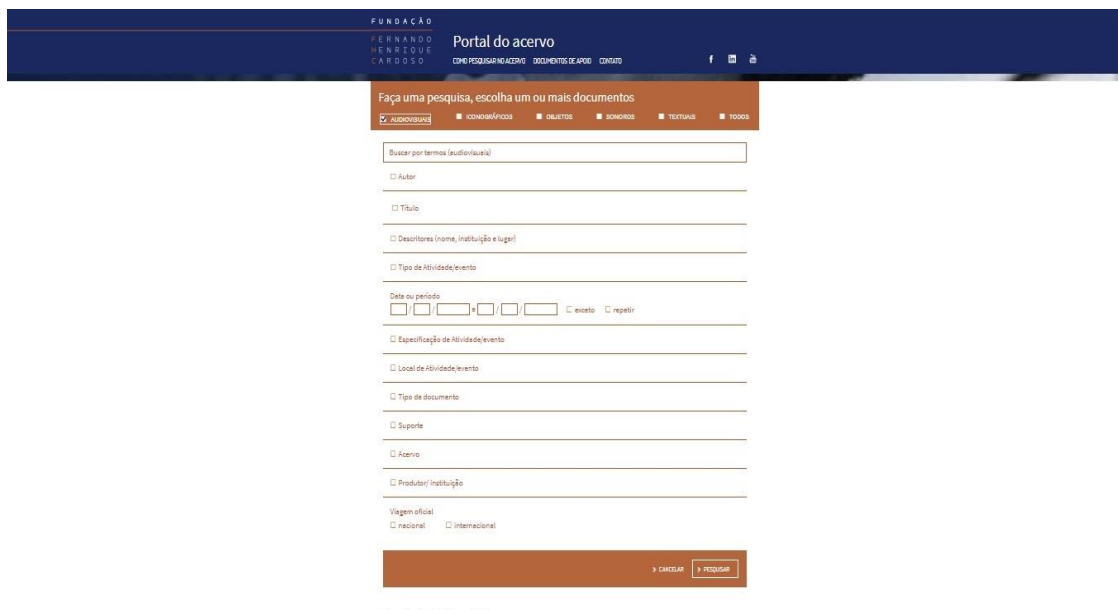
Para melhor compreensão, a seguir apresentamos uma demonstração prática de como funciona a consulta à base de dados para o pesquisador. Para alcançar um dos objetivos da Fundação, que é disponibilizar de forma fácil ao usuário toda a documentação, essa consulta funciona de maneira simples e rápida, sendo abastecida constantemente, com o intuito de colocar cem por cento dos acervos disponíveis online.

Para ter acesso a base é necessário entrar no site <http://fundacaofhc.org.br/>, depois é só selecionar no canto superior da página a opção “acervo”, em seguida clicar em “consulta”, abrirá uma página online como consta na imagem a seguir:



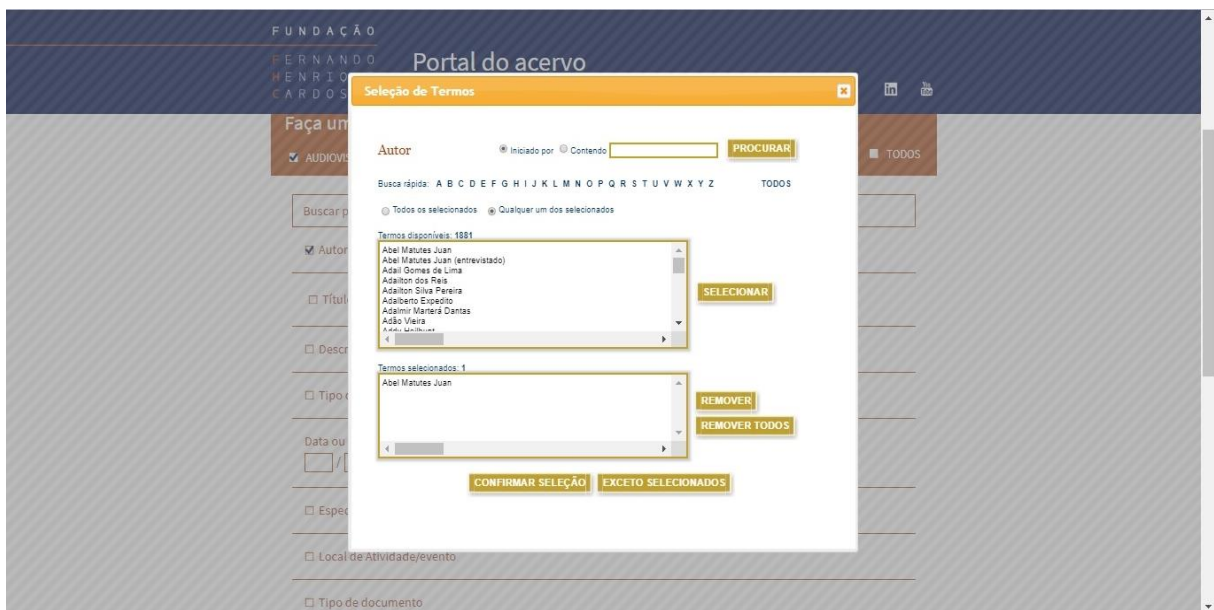
Fonte: Site iFHC. Acesso em: 29 Nov. 2018

Após abrir o “Portal do Acervo” é necessário selecionar o tipo documental desejado dentre as opções, audiovisuais, iconográficos, objetos, sonoros, textuais ou todos. O exemplo foi feito selecionando a primeira opção, que é o audiovisual. Segue na imagem abaixo:



Fonte: Site iFHC. Acesso em: 29 Nov. 2018

Nessa página é obrigatório selecionar os termos (definidos pelos profissionais da iFHC), de acordo com a informação que o pesquisador tiver do documento que procura: autor, título, descritores (nome, instituição e lugar), tipo de atividade/evento, data ou período, especificação de atividade/evento, local de atividade/evento, tipo de documento, suporte, acervo, produtor/instituição ou viagem nacional ou internacional. O exemplo foi feito com a primeira opção, autor, em seguida só clicar em “pesquisar” no canto inferior direito. Segue na imagem abaixo a página que abre:



Fonte: Site iFHC. Acesso em: 29 Nov. 2018

Clicando em “autor”, surge uma guia para seleção dos termos mais específicos. Podendo selecionar uma ou mais opções, de acordo com sua busca. Foi selecionada a primeira opção, “Abel Matutes Juan”, depois “confirmar seleção” e aparece uma nova página online. Como consta a seguir:

Fonte: Site iFHC. Acesso em: 29 Nov. 2018

Em seguida volta-se automaticamente para a página anterior, caso haja necessidade de se especificar a busca. Assim, o pesquisador preenche os dados com as informações que ele possui e tem uma consulta com menos opções. O exemplo desse trabalho foi feito apenas com um campo, “ autor”, então é necessário clicar em pesquisa, no canto inferior a direita da página.

Fonte: Site iFHC. Acesso em: 29 Nov. 2018

Para finalizar, abre-se automaticamente a última página com os documentos referente a consulta. Nesse caso, só tem um documento que o autor seja o selecionado, então é só

conferir as informações mostradas e caso esteja correto, clicar em cima da imagem de um vídeo, já que é um documento audiovisual. Não é possível acessar nenhuma outra etapa, sem ser a primeira, a partir de link. É necessário ir pelo primeiro link disponível e fazer todo o procedimento explicado para consulta.

Ter todo um trabalho para disponibilizar esses documentos online é um dos fatores da Fundação FHC ser referência no assunto. Uma consulta de fácil acesso aproxima o usuário desses documentos e exerce sua função principal, que é estar acessível de maneira rápida e funcional a todos aqueles que tenham interesse.

3.4 Espaço de Produção Intelectual

Fernando Henrique Cardoso por sua carreira profissional e acadêmica possui um perfil de alguém preocupado com a memória, história e educação do país. Como já abordado nesse trabalho, sua intenção não era somente possuir um local de guarda de documentos, mas sim criar um espaço que impulsionasse o debate político, o interesse pelos avanços nacionais e internacionais e manter a memória do Brasil viva e acessível à população.

Um país que possui e incentiva espaços de produção intelectual, constrói uma sociedade crítica, informada e conseqüentemente mais presente no cotidiano político e influenciador. Então, ter uma fundação, criada por um ex-presidente da República, com esse intuito é de extrema importância para nossa atual geração, mas principalmente para as futuras gerações que terão a oportunidade de conhecimento do passado, para construir um futuro melhor.

A ideia da Fundação FHC que existe hoje surgiu a partir de muitas pesquisas referentes ao que fazer com todo esse material acumulado durante toda a trajetória pessoal e profissional. O próprio Fernando Henrique juntamente com a Danielle Ardaillon, curadora do acervo do ex-presidente, começaram a estudar e buscar referências. Em 1996, antes mesmo de ter a possibilidade de uma fundação, já começaram o processo de estudo sobre o assunto, com entrevistas com os dirigentes das principais instituições arquivísticas detentoras de arquivos de presidentes da República Federativa do Brasil, como a Fundação Memorial José Sarney, Museu da República, CPDOC, Arquivo Nacional, IHGB. Além de pesquisa com leitura da legislação brasileira sobre o tema, o que permitiu mais amparo e conhecimento das possibilidades de criação de algo tão grandioso.

Por ter a possibilidade e contato com representantes de diversos países no mundo todo, durante seu mandato, FHC teve a chance de conhecer diferentes lugares de guarda de documentos de presidentes. Desde o início das pesquisas, já sabiam que não seria nada parecido com as bibliotecas presidenciais americanas, que além de serem extremamente caras, impossível para a realidade brasileira, são no ponto de vista do FHC (CARDOSO, 2004, p. 26): “Mausoléus, monumentos, tumbas e similares, porque assim se trata então de documentos e não de mim”. E o objetivo dele era possuir um espaço vivo, representativo e plural.

Foi assim que surgiu a inspiração na Fundação Mário Soares, em Lisboa. Com bastante pesquisa e ligação com o propósito do ex-presidente da República portuguesa. Pelas ideias e intenções serem parecidas, FHC viu que seria possível implementar algo semelhante aqui no Brasil, “tornar-se um centro gerar de ideias e propostas que tenham relevância para a formação da opinião pública e para as decisões governamentais” (CARDOSO, 2004, p.10). Ou seja, um local de guarda documental, não de somente papeis, mas documentos em diferentes suportes, disponibilizando a informação digitalmente, abrir espaço para guarda de distintos fundos e um centro de debates. Em Portugal, faz parte da tradição do governo incentivar programas culturais e educacionais como esse, infelizmente no Brasil não é assim, mas foi possível através de incentivo de empresas privadas.

Para criar esse ambiente que FHC desejava tanto, torna-se necessário produzir iniciativas que aproximem o cidadão para esse local e que faça a população pensar e formar opiniões a partir do que é dito e mostrado naquele espaço. A iniciativa que sempre esteve presente foram as exposições, que é uma maneira didática de explicar um assunto e bem aceita pelos jovens. A fundação possui dois ambientes para exposição, um temporário, que sempre que possível, é feito algo relacionado ao assunto, atualmente é sobre as honrarias nacionais e internacionais recebidas pelo FHC e uma fixa, que tem o tema ligado ao Plano Real, um programa brasileiro criado em seu governo.

Um plano real: a história da estabilização do Brasil apresenta o processo de controle da inflação e de estabilização da moeda, desde o período de redemocratização do Brasil, com o movimento das “Diretas-Já”, até a implantação do Plano Real, dez anos depois. Por meio de uma cronologia ilustrada informa sobre os principais eventos desse período e proporciona ao visitante a oportunidade de experimentar as limitações e transtornos que uma inflação de mais de 30% ao mês trazia ao cotidiano da população, e de perceber como a estabilização da moeda alterou essa dinâmica.⁹

⁹ Site iFHC. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/iniciativas/exposicoes/um-plano-real-a-historia-da-estabilizacao-do-brasil>>. Acesso em: 3 dez. 2018

Mostrar dessa maneira, um assunto tão importante para a nossa noção de sociedade é enriquecedor para os jovens que não estiveram presentes nesse momento da nossa história. Aproximar o cidadão e fazer com que ele tenha conhecimento e memória sobre o assunto, mesmo sem ter participado daquele momento é necessário para construirmos uma geração informatizada. Visitas em grupos ou individuais ao acervo e a essas exposições são gratuitas, é necessário somente o agendamento através dos e-mails disponibilizados no site da Fundação. A sugestão de classificação etária é de 14 anos.

Além das exposições, é realizado também um programa didático denominado "Diálogos com um Presidente", que recebe alunos do Ensino Médio e Superior, que tem por objetivo dá a possibilidade de jovens conhecerem mais a história do seu país no sentido político e conhecer alguém que já esteve a frente da condução de uma nação.

Outra iniciativa da Fundação bastante importante são os debates com temas atuais, referente ao desenvolvimento do Brasil e do mundo. Tendo reconhecimento desde 2009, aparecendo como destaque no *Ranking Global de Think Tanks*, como instituições que atuam produzindo e disseminando conhecimento, publicado pela Universidade da Pensilvânia, dos Estados Unidos. Contemplando debates e informação não somente na esfera física, mas no espaço virtual também, com o projeto "Diálogo na Web" e a "Plataforma Democrática", que ainda resulta em publicações, como livros, *papers* e *Journal of Democracy* em Português.

Dentro das exposições, ainda existe o projeto FHCharges, que são charges publicadas diariamente em jornais e revistas retratando momentos dos oito anos de mandato do ex-presidente, restituindo os fatos ocorridos na época. E as dedicatórias, que são 13 painéis e 63 livros espalhados pelos corredores da Fundação, com dedicatórias a Ruth e Fernando Henrique Cardoso, relacionado a temas de interesse dos dois.

Para confirmar ainda mais a ideia de um espaço politizador e educacional, a Fundação FHC aceita doações de acervos de pessoas que exerceram funções públicas ou que tenham ligação com o ex-presidente, para tratamento arquivístico e com o objetivo de disponibilizar esses documentos para população.

Os acervos que estão na fundação são de Ruth Cardoso, doutora em antropologia pela FFLCH-USP, atuou como docente e pesquisadora na USP e em várias instituições universitárias de diferentes países, bastante engajada politicamente, e foi esposa do ex-presidente Fernando Henrique, até o momento da sua morte, 2008. O do Sergio Motta, formado em Engenharia Industrial pela PUC São Paulo, tinha uma relação de grande amizade com FHC, é um dos fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e foi escolhido para ser o Ministro das Comunicações no governo FHC. E o do Paulo Renato

Souza, formado em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou mestrado na Universidade do Chile e doutorado na Unicamp, e ocupou diversos cargos públicos no Brasil e exterior, como Gerente de Operações no BID, em Washington e o de Secretário de Educação no Estado de São Paulo (1987-1991).

Documentos referentes à Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, avô do FHC e militar ativo em questões políticas e históricas no país, e o de Leônidas Fernandes Cardoso, pai do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, militar, advogado, jornalista e político brasileiro, não chegam a constituir fundos orgânicos, por falta de contexto entre os documentos, que na sua maioria foram perdidos. Mas cartas, retratos e demais documentos pertencentes a eles, estão custodiados na fundação, montando parcelas representativas do interesse do titular do acervo pelos seus antepassados. (CAMARGO; GOURLART, 2007, p.29)

4 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

Chegando ao último capítulo desta pesquisa, depois de tentar explicar o que são os arquivos pessoais e a importância das instituições de custódias para preservação e disseminação das informações desses arquivos, é necessário contextualizar o que é memória individual e como essa memória de um indivíduo reflete a memória de um grupo, até mesmo de uma nação. Mostrando a importância do documento arquivístico nessa construção social.

Esse é um tema estudado por diferentes áreas, desde a psicologia até as ciências sociais. É um assunto delicado e que envolve diversos campos. Compreender a influência do ser individual para com um contexto coletivo é complexo. Com isso, este trabalho visa listar alguns pontos referentes a essa questão e apontar certas perspectivas.

Ao consultar um dicionário comum, memória define-se como faculdade de lembrar, reter impressões e ideias; lembrança; recordação; reminiscência (LUFT, 1991, p. 416). Embora ela seja uma construção mental bastante abstrata, quase inacessível e volátil [...], a memória representa um recurso muito importante (e também problemático) para as pesquisas. (SEEMANN, 2002, p.43)

Jörn Seemann em seu artigo intitulado “O espaço da memória e a memória do espaço”, inicia o texto de forma muito consciente. Utilizando estudiosos da temática para apresentar o tema principal, a memória, e chegar até o seu ponto de vista que é a ligação da memória com a visão espacial. Nesta citação acima, ele apresenta os benefícios e as problemáticas da memória no seu contexto de construção social. Levando em consideração que a memória individual é o reflexo de suas experiências e seu conhecimento, repassar isso para o outro é de um grande aspecto instrutivo. Uma vez que não é possível acessar exatamente a forma que a pessoa admite como verdade a partir de suas vivências e cada um interpreta de acordo com suas características aquilo que recebe.

Quando se pensa em abordar a memória coletiva, o tema torna-se mais delicado. Pois a memória está muito além do que é visto ou lido, tem ligação com lugares, pessoas, educação e o enquadramento social, significa influências e interesses. Então a memória do indivíduo e a coletiva estão completamente interligadas, uma depende da outra para existir e transformar algo em lembrança. “A memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p.201). Essa explicação do Michael Pollak é a exemplificação perfeita de que a memória é construída por todos que os cercam, e até os que não se assemelham a você. E essas mudanças no que tange a

memória, referem-se ao comportamento humano, que está em mutação o tempo todo, com isso, quem você é determina o que você aceita como verdade e o que decide levar consigo.

Quando sua memória coletiva está associada ao sentimento de pertencimento à uma nação, fatos históricos e hábitos fazem com que sua ligação com aquelas pessoas e país seja muito maior do que o próprio laço de nacionalidade. O poder sempre pôde determinar o que seria passado e aceito como verdade. Na sociedade moderna, já é possível ter visões diferentes e passar isso adiante, pela democracia e liberdade de expressão. Mas ainda existem meios políticos muito influenciadores que determinam uma memória coletiva de nação.

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para festas nacionais, há muitas vezes problema de luta política. (POLLAK, 1992, p.204)

Por isso, é necessária bastante sabedoria para se abordar o tema memória. Uma vez que é possível sofrer interferências externas o tempo inteiro. Buscar, pesquisar, se informar, para que de fato a informação seja o mais imparcial possível, apenas sendo repassada de maneira real do acontecido e de seu contexto social, o principal para formar a ideia de nação. “A ‘macro história oficial’ funciona como “um grande gravador” que modela o passado à sua própria imagem”. (THOMPSON, 1998, p.23 apud SEEMANN, 2002, p.43). Esse poder político e influenciador que muitas vezes acaba se sobressaindo do que a própria verdade, a informação é passada por quem detém poder.

A questão aqui não é só sobre falar a verdade, é sobre saber de fato o que aconteceu no passado, para que suas ações no presente não interfiram de maneira negativa no futuro. É casualmente falado, que o Brasil é um país sem memória, pelo fato de muitos erros do passado continuarem a se repetirem no presente. E o fato justamente da memória coletiva auxiliar uma nação a ter a consciência de que algo foi ruim e não mais praticar em prol de um bem maior.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.204)

É nesse sentimento de auto reconhecimento em algo ou em alguém onde se encontra a memória. A identidade pessoal é formada por gostos e interesses, e isso só surge a partir de experiências. Quando uma pessoa tem claro quem é e o que gosta, memória individual, fica mais fácil se identificar com os demais, formando uma memória coletiva.

Maurice Halbwachs (1967) em seu conhecimento tratado sobre memória coletiva, sinaliza que o papel crucial da memória na re-escrita das histórias incide principalmente no fortalecimento das identidades dos grupos numa sociedade. No mesmo caminho, para Steven Hoelscher e Dereck Anderman (2004), memória e lugar são fundamentais na produção dos elementos que estruturam as identidades modernas. (UGLIONE; DUARTE, 2011, p.93)

Fica evidenciado com a citação a cima, o quanto possuir informações e conseguir se sentir parte de um grupo social interfere diretamente com a construção de uma memória coletiva. Inserida no contexto de que é preciso possuir o sentimento de pertencimento necessário para absorver os acontecimentos e compreender a importância de tudo isso para reconhecimento de si. Histórias são passadas de geração a geração, com o intuito de manter vivo o sentido de comunidade. Pessoas adquirem uma memória que não necessariamente tenha acontecido na sua vida, e sim na vida daqueles do qual possuem uma ligação e esse sentimento de grupo.

Por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p.201)

Quando pensamos em construção de memória coletiva interligada com a memória individual, é importante se atentar ao fato de que figuras públicas tem maior influência na construção de uma memória social. Uma vez que todos tem acesso a sua vida, claro que somente aquilo que é passado pelo próprio indivíduo. E é nesse momento que as memórias podem se confundir, “uma pessoa, a partir de um certo momento de sua vida, a reduzir-se praticamente à personagem pública, à representação dessa personagem”. (POLLAK, 1992, p.203) É necessário saber qual a ligação do indivíduo com o personagem moldado para que a realidade não seja omitida e nem confundida.

Com todas essas observações, fica comprovado a importância de se possuir noção verdadeira sobre a realidade, do seu passado e presente, compreender a si próprio e a aos fatos que o rodeiam para conseguir criar uma memória coletiva, com a fundamentação de sua identidade. “A memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p.203), só se absorve aquilo do qual se sente pertencente, e então forma uma memória social constituída a partir de sua própria identidade.

4.1 Documento Arquivístico em Função da Memória

O documento nada mais é do que a comprovação de uma ação realizada por uma ou mais pessoas, nesse sentido, qualquer ação pode se transformar num documento de valor histórico, e até aqueles que são criados de maneira intencional, como registrar uma ação para

cumprimento da lei, podem revelar um contexto jamais imaginado. E para descobrir essa função no documento, é necessário todo um trabalho técnico e científico por trás.

Apresentando o documento, como um suporte da informação, é possível concluir que ele pode representar múltiplos sentidos, referente ao seu contexto social e cultural, levando até, a representações pessoais, mostrando a interação do indivíduo com seu ciclo. Essa descoberta ocorreu a partir do momento que “a durabilidade dos suportes, que não se decompunham naturalmente após o uso, fez com que os documentos outrora produzidos com o intuito de viabilizar ações práticas constituíssem um resíduo passível de ser coletado e preservado” (CAMPOS, 2014, p. 84). Esse fato permitiu que a história tivesse mais um atributo para lhe conferir legitimidade, os documentos agora seriam grandes fontes para comprovação de fatos, além da já existente a história oral que era passada de geração a geração.

O que torna o documento uma fonte histórica são suas características próprias referentes ao período de sua produção. “Com o tempo, não só surgiram novas tipologias documentais, como mudou o próprio conceito de documento, que leva em conta o suporte material, além da informação que ele possa conter” (GOULART, 2002, p.6). Nesse suporte físico contém escrita, material, natureza característicos de sua formação, que juntamente com as informações contidas ali, retratam um período e servem incontestavelmente como prova.

Nesse contexto, em que o documento serve como fonte de pesquisa para comprovação de fatos históricos, nasceu a possibilidade de algo físico ser perpetuado durante longas gerações, com o intuito de preservar a memória e colocar acessível aquela informação para quem tivesse interesse. “O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento” (POLLAK, 1992, p.207). O profissional da pesquisa, seja de qual formação ele tenha, teria a partir desse momento um suporte físico para comprovar ações do passado, para que a informação seja passada de maneira correta.

Mas para que o documento reflita de fato um período histórico é necessária toda uma recomposição do sentido daquele documento, entender como um objeto pode retratar um período, uma cultura, ou até uma personalidade, qualificando a sociedade em que ele foi produzido. “Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social” (MENESES, 1998, p. 92). Esse é o objetivo, compreender o contexto social de sua produção, para que a existência desse documento seja indispensável no quesito documento histórico.

Já foi possível comprovar a importância do documento como fonte histórica: “O patrimônio documental deve ser valorizado por resgatar os “tempos heroicos”, marcar datas e

perpetuar o passado” (GOULART, 2002, p. 16). Ele é de extrema valia para reprodução de um fato e de continuidade histórica, necessidade intrínseca de uma sociedade, levando em consideração que o passado é parte significativa do presente.

Ponto importante para ser observado é que o documento em si não possui valor algum, é necessário fazer toda a constituição do seu contexto, chamado de organicidade pela Arquivologia. Mas uma vez que esses documentos estão tratados, organizados e disponibilizados pelo profissional de arquivo, surge a sua principal função: representar uma ação do passado. “São fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, objetos históricos” (MENESES, 1998, p. 95). E essa interpretação de um fato passado se deve ao usuário, que busca a informação do passado para compreender no presente, sofrendo diversas influências sociais. Essa possibilidade de interpretações, que torna o documento único, uma vez que ele está acessível a todos e passível de conclusões próprias, permitindo uma reconstituição do passado, objetivo principal de um pesquisador.

Os documentos constituíam não apenas a base da história nacional, mas também contribuíram para o senso de comunidade, para a manutenção de uma consciência nacional e para o entendimento da sociedade e da cultura: “sem documentos não há história. E sem história não há o consenso nacional para apoiar o governo” (United States, 1985 *apud* CAMPOS, 2014, p. 82-83)

Conforme ilustrado na citação acima, uma sociedade sem documentos é uma sociedade sem história, sem perpetuação do seu passado e sem ideia coletiva de nação. Esses documentos auxiliam na construção do coletivo e criam indivíduos informados e pensantes, buscando sempre o melhor para seu grupo social.

Para que um povo tenha consciência de sua história e se identifique e esteja em compatibilidade com o outro, é necessária uma memória coletiva, como já abordamos aqui. Porém, essa memória não surge do nada, ela precisa de todo um processo de construção para que seja materializada de fato. “Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de um espaço para ser ativada e estimulada” (SEEMANN, 2002, p.44). Esse espaço para materialização ou ativação parte do princípio que um indivíduo precisa criar identidade a partir de suas ações, para aí sim criar uma ideia que tenha proximidade com outros indivíduos e grupos. É necessário autoconhecimento e consciência de seu passado e suas influências no presente.

Quanto a identidade, a psicologia social já assinalou diversos traços do funcionamento dos artefatos, seja como suportes de identidade, seja, também, como extensão dessa identidade. Csikszentmihalyi & Rochberg-Halton (1981:14-5), além de dizerem que as coisas que as pessoas usam e que as cercam refletem agudamente

a personalidade de seu proprietário, completam, reconhecendo que elas são “part of one’s self, not in any mystical or metaphorical sense but in cold concret actuality” (MENESES, 1998, p. 96)

Traduzindo parte da citação acima, as pessoas são literalmente os objetos que usam e que os cercam, no seu contexto mais real. Então no processo de criação de identidade esses artefatos são extremamente significativos, e uma vez que é possível analisá-los é possível reconhecer seus proprietários. Tendo-os como valiosa fonte de pesquisa e estudo da realidade do indivíduo.

Esses objetos, com seus contextos estruturados, são considerados documentos de arquivo, por refletirem um passado e as práticas de que os possuíam. “No domínio dos arquivos o conceito de memória é comumente empregado em seu sentido de fenômeno social, atrelado à formação e ao reconhecimento da identidade dos indivíduos e de determinados grupos” (CAMPOS, 2014, p. 83). São itens necessários para a pesquisa histórica e para desenvolvimento de uma memória coletiva, que mais uma vez está atrelada à comprovação de identidade individual.

Quanto mais acessível o documento estiver, mais chance tem de que pessoas os consultem e consigam se reconhecer ali, gerando a memória coletiva passada de um para o outro. A melhor explicação é a de que indivíduos que tenham maior clareza sobre si mesmo, consigam se reconhecer no outro, e fazer com que criem grupos, com interesses e experiências em comum. Isso nada mais é do que o documento como fonte da construção social do presente, seu poder mais empírico.

... o conceito de arquivo não está voltado para o passado, contrariamente ao que temos tendência a pensar. A memória é questão do futuro e, quanto ao arquivo, é sempre o futuro anterior que, em alguma medida, decide seu sentido e sua existência. É sempre nessa temporalidade que os arquivos se constituem. (Jacques Derrida *apud* GOULART, 2002, p.5)

O arquivo serve como instrumento dessa construção social, com métodos e técnicas no presente, para reconhecer o passado e ter influência no futuro. “Os documentos servem como gatilhos para a memória, mas não são, eles mesmos, a memória em si” (CAMPOS, 1998, p. 88), eles são apenas a ponte que liga todas as temporalidades, para que tudo faça sentido para os indivíduos. Resgatando as informações e disponibilizando-as, com o intuito de ter uma sociedade consciente, com capacidade de uma memória coletiva ativa e funcional.

Os estudos sobre memória coletiva, que assumem como construção social, põem em evidência as necessidades atuais de grupos e indivíduos por significados particulares do passado, abrindo espaço para discussões sobre como e por quem essas necessidades são identificadas e sobre o papel desempenhado pelos arquivistas,

pelas instituições de custódia e pelos documentos na construção da memória social (CAMPOS, 1998, p. 89)

O profissional de arquivo é peça fundamental para todo esse processo. Ele que é capacitado para reconstituir o contexto da produção do documento e inserir isso em um plano social. “Cabe ao arquivista, como já dissemos, alargar o escopo, mostrando a necessidade de remontar a uma trajetória coletiva, contínua, e aos conjuntos documentais que refletem esses fluxos” (GOULART, 2002, p.17). Esse profissional é capaz de colocar acessível esses documentos, para que a sociedade tenha acesso e consiga absorver as informações ali contidas e tirar suas próprias interpretações, moldando a imagem de um grupo, período, cultura, etc.

A institucionalização dos arquivos e a noção de que constituem uma propriedade de nação a serviço de seus cidadãos, tendo em vista a prova e a garantia de seus direitos civis, é, todavia, um advento moderno, ratificado na esteira da Revolução Francesa, no final do século XVIII. (CAMPOS, 1998, p. 85)

O documento como prova histórica possui amplo interesse pelos seus estudiosos. É um campo que rodeia muito das discussões modernas e afeta diretamente o arquivista, que tem como ambição fazer justiça social à aqueles que sofreram de alguma forma no passado. Como o documento é capaz de resgatar a informação já decorrida para o presente, é possível através dele comprovar fatos históricos, que no passado era legal e nos tempos atuais se configura crime.

Um exemplo claro de direito que a sociedade democrática garantiu a partir da comprovação de momentos históricos marcantes negativamente em uma população é “a indenização às vítimas diretas ou indiretas da repreensão ou às suas famílias e o apuramento de suas responsabilidades” (GARCIA, 1998, p.185). Ou seja, em sociedades democráticas que viveram em período de ditaduras, sejam elas de qualquer forma, seus cidadãos tem o direito de saber o que aconteceu com seus antepassados, mas garantindo o direito a privacidade dos mesmos, e até mesmo, tendo algum benefício em cima desses fatos. O papel do profissional de pesquisa nesse caso é de extrema importância, para colocar acessíveis esses documentos, de acordo com a lei, para que reflita a noção de coletividade e as influências que esses momentos específicos possuem no comportamento social de um grupo, e principalmente que seus direitos estejam garantidos.

Essa é a verdadeira função de um arquivista, trabalhar para e com a sociedade. Visando perpetuar o passado, seja ele positivo ou negativo, para que mudanças ocorram, e os indivíduos se sintam pertencentes daquilo, conseguindo manter viva a ideia de coletividade, que uma nação precisa tanto ter.

É preciso observar a função social dos arquivos e a responsabilidade intrínseca aos projetos memorialísticos, tendo em mente que os documentos “nos permitem construir a memória, refiná-la, corrigi-la ou ratificá-la sempre que necessário. (Menne-Haritz, 2001, p.59, *tradução e grifo apud* CAMPOS, 1998, p. 95)

É um trabalho árduo e bastante delicado, mas uma vez feito, fica presente na sociedade. Poder construir uma memória social e mudá-la sempre que houver necessidade na própria sociedade, a partir de documentos que refletem o passado e tem toda uma função social e coletiva, é extremamente enriquecedor para esse profissional.

5 CONCLUSÃO

Depois de poder estudar e analisar diversas pesquisas referentes aos arquivos pessoais presidenciais é possível concluir que é um tema necessário para todo um contexto social. Esses documentos fazem parte do patrimônio nacional e devem estar disponíveis para consulta de toda a população. Sua importância se dá pelo fato dessa documentação refletir seu titular, que perante a sociedade tem valor significativo.

Esses documentos possuem caráter probatório das ações realizadas pelos ex-Presidentes da República, figura principal do Poder Legislativo Nacional, durante seus respectivos mandatos, e refletem não somente ações administrativas, mas ações que conseguem refletir uma personalidade de acordo com seu espaço-tempo, sendo de grande valor para a pesquisa histórica. Sua função social é necessária para construção de memória coletiva a partir de atividades realizadas por um indivíduo político influenciador, uma vez que preservados e disponibilizados esses documentos ultrapassam o tempo de sua criação, e ficam de referência e pesquisa para as próximas gerações.

Como exemplificação de uma instituição de custódia, tivemos o privilégio de abordar a Fundação Fernando Henrique Cardoso, que trouxe para o conceito dessa temática, propostas novas, com o intuito de atualizar a área. Seu trabalho é imprescindível e serve como modelo para demais instituições de custódia. Possuir um local de guarda, que tem por objetivo manter um ambiente vivo intelectualmente e buscando as necessidades da comunidade é extremamente positivo socialmente.

Foi extremamente enriquecedor academicamente e pessoalmente conhecer mais a fundo os trabalhos da iFHC, que além de preservar, organizar e colocar disponível os documentos referentes ao período dos mandatos do FHC, ainda é responsável pelos documentos pessoais de antes e depois da presidência, e ainda de familiares e políticos que possuem interesses em comum. Uma instituição que apesar de todas as dificuldades que é manter um local de educação e cultura aberto no Brasil, segue inovando e buscando se manter atualizada, cumprindo seus objetivos iniciais.

A legislação brasileira no que tange os arquivos presidências não é cem por cento eficaz, precisa de melhor clareza conceitual no que tange a definição de que documentos constituem um acervo presidencial, garantido o respeito à intimidade do titular, mas sem omitir nenhuma informação histórica relevante para construção da memória social, e implementação políticas de desenvolvimento e incentivo, tanto nas instituições públicas, quanto nas privadas para recolhimento, tratamento e disseminação desses documentos. Pelas especificidades que esses acervos possuem, seu trabalho é caro e requer bastante dedicação profissional, o que dificulta

seu feito de forma eficaz. Com isso, a legislação precisa estar atenta a estes fatos e propor algo que amenize essas dificuldades.

Arquivos pessoais é um assunto que tende a continuar crescendo no campo acadêmico, pelo interesse da população nesses documentos e pelas especificidades que ainda precisam ser melhores abordadas, mas ainda assim, precisa estar mais presente no cotidiano dos usuários, aproximando-os dos arquivos, uma vez que todo tratamento é voltado para acesso dos mesmos.

Este trabalho se encerra, com o intuito de ter contribuído de forma positiva para essa temática que é tão necessária para qualquer sociedade. Apesar de ter abordado diversos assuntos, todos eles estão ligados no objeto principal desse estudo: identificar a importância das instituições de custódia para tratamento e preservação dos arquivos pessoais presidenciais. E para que esses locais de guarda sejam eficazes é necessária uma legislação que rege esses documentos de forma produtiva e um tratamento arquivístico adequado, para que esses arquivos consigam de fato exercerem seu papel: servir como testemunho do passado para memória coletiva e individual. Sua disponibilização de forma correta e rápida permite uma sociedade mais unida e consciente do seu papel perante o mundo.

6 REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº8.394, de 30 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8394.htm>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de Janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CAMARGO, A; GOULART, S. **Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. ed. São Paulo: Editora iFHC, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Arquivos pessoais são arquivos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XLV, nº2, p.26-39, jul.-dez.2009.

CAMARGO, Ana Maria. **Os arquivos não falam [Prefácio]**. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (orgs). *Arquivos Pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p.11-13.

CALDEIRA, A. et al. **Documento privados de interesse público: o acesso em questão**. ed. São Paulo: Editora iFHC, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Fernando Henrique Cardoso II (depoimento 2007)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), 2010. 36 p.

Fundação Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br>>. Acesso em 20 nov.2018.

CAMPOS, José Francisco Guelfi, **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2014, 251f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta**. Inf. Inf., Londrina, v. 18, nº.2, p. 150 – 167, maio/ago. 2013.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 150–167, ago. 2013. ISSN 1981-8920. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16166>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CONARQ. Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/525-resolucao-17>>. Acesso em: 30 nov. 2018

COSTA, Célia . **O direito à informação nos arquivos brasileiros**. In: Carlos Fico; Marieta de Moraes Ferreira; Maria Paula Araujo; Samantha Viz Quadrat. (Org.). Ditadura e Democracia na América Latina. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, v. , p. 17-26.

COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 178-188, jan. 2003. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2192>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175-188, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

GOULART, Silvana. **Arquivos pessoais de homens públicos em abordagens diversas**. Revista do Arquivo. Arquivo Público do Estado de São Paulo nº4, 2017. Disponível em: < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_03.php#inicio_artigo>. Acesso em: 28 nov.2018

GOULART, Silvana. **Patrimônio Documental e História Institucional**. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Memórias da Elite: Arquivos, Instituições e Projetos Memoriais**. Pós Ciências Sociais, Maranhão. v.8, n. 15, p.77-96, 2011.

HEYMANN, Luciana Q. 2009. O Indivíduo Fora do Lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n.2, pp. 40-57, jul-dez 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº36, p. 43-58, jul-dez, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Procedimentos Metodológicos adotados na organização dos documentos do FHC: alguns comentários**. In: *Seminário internacional arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico*, 2007, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 18 nov.2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 18 nov.2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Arquivos Pessoais em Perspectiva Etnográfica**. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 67-76

HEYMANN, Luciana Quillet. **Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões**. In.: Seminário CPDOC 35 anos: a Interdisciplinaridade nos estudos históricos, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6728>>. Acesso em: 30 nov. 2018

HOBBS, Catherine. **Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual**. In: Terry Eastwood e Heather MacNeil (organizadores). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. *Ciência da Informação* – v. 25, nº 2, 1995 – Artigos

LEITE, Bruno Ferreira, **Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**. 2014, 112f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Nádia Laguárdia de; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. O diário íntimo como produto da cultura moderna. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 22-34, abr. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2018.

LOPES, B; RODRIGUES, G. **Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq**. *Revista do Arquivo. Arquivo Público do Estado de São Paulo* nº4, 2017. Disponível em: < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_01.php#inicio_artigo>. Acesso em: 28 nov.2018

LOPEZ, André Porto Ancona. **Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia**. *Gragoatá, Niterói*, n.15, p.69-82, 2.sem.2003

NOVAES, Raphael. **Preparando o passado: dimensões da construção histórica de Fernando Henrique Cardoso pela fundação iFHC**. São Paulo: USP, 2014

OLIVEIRA, L; MACÊDO, P; SOBRAL, C. **Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso**. *Revista do Arquivo. Arquivo Público do Estado de São Paulo* nº4, 2017. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_02.php#inicio_artigo>. Acesso em: 28 nov.2018

MATTOS, R.; SCHMIDT, C. M. S. Tipologia de Documentos “Discrecionários”: a análise dos glossários de espécies e tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso. In: Maria Manuel Borges Elias Sanz Casado. (Org.). *A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência*

da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC. 1ed.Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20, 2017, v. 1, p. 1415-1424.

MCKEMMISH, Sue. **Provas de mim... Novas considerações**. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.17-43.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 160-174, jul./dez. 2013

MONTEIRO, Fernanda. **Reflexões Epistemológicas dos Arquivos e do Fazer Arquivístico Enquanto Instrumentos de Poder**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 313-322, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php>>. Acesso em: 29 Nov. 2018

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5. nº10, 1992, p. 200-212.

RÉGIS, Nadjara Lima. **O dilema do público e do privado nas coisas da presidência da República**. JusBrasil. 2016. Disponível em: < <https://nadjaralima.jusbrasil.com.br/artigos/349020208/o-dilema-do-publico-e-do-privado-nas-coisas-da-presidencia-da-republica>>. Acesso em 27 nov.2018.

RIBAS, Elisabete Marin. **Líderes e Cidadãos: onde termina o homem público e tem início a vida privada nos documentos de arquivos de políticos?** *Revista do Arquivo. Arquivo Público do Estado de São Paulo* nº4, 2017. Disponível em: < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_06.php#inicio_artigo>. Acesso em: 28 nov.2018

RIBEIRO, Fernanda. **Arquivos – Memória – História: Algumas Notas Para Reflexão**. 2002, p. 19-21

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista Casa da Geografia de Sobral**. Ceará. v.4, nº1, 2002. p.43-53

UGLIONE, Paula; DUARTE, Cristiane. *Arquivos Urbanos: Memória e Identidade na Cidade*.

Quaderns de Psicologia, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 91-101, maio. 2011. ISSN 2014-4520. Disponível em: <<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/919>>. Acesso em: 30 nov. 2018.